

Companhia Providência Indústria e Comércio

*Informações trimestrais em 30 de
junho de 2014 e relatório dos
auditores independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS FNDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013		30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
<u>Ativo</u>					<u>Passivo e patrimônio líquido</u>				
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	39.461	50.693	44.706	64.250	Fornecedores (Nota 15)	23.396	33.597	35.755	59.975
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)		24.674		24.674	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	3.576		3.576	
Contas a receber de clientes (Nota 8)	107.005	123.201	133.147	177.822	Empréstimos (Nota 16)	23.321	24.921	23.359	83.694
Estoques (Nota 9)	66.519	35.934	83.917	64.119	Encargos sociais e provisões trabalhistas	8.390	5.097	9.083	6.730
Tributos a recuperar (Nota 10)	52.835	36.102	52.835	44.988	Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 17)	2.536	1.304	2.536	4.762
Partes relacionadas (Nota 27)	3.488	6.078			Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 18)	220	80	220	250
Outros direitos realizáveis	7.882	7.676	8.873	11.647	Partes relacionadas (Nota 27)	12.946		91.229	
	<u>277.190</u>	<u>284.358</u>	<u>323.478</u>	<u>387.500</u>	Dividendos a pagar	27	27	27	27
					Outras contas a pagar	1.958	600	3.105	1.290
						<u>76.370</u>	<u>65.626</u>	<u>168.890</u>	<u>156.728</u>
Não circulante					Não circulante				
Contas a receber de clientes (Nota 8)	2.439	1.213	2.439	2.987	Empréstimos (Nota 16)	122.954	138.586	142.402	507.236
Tributos a recuperar (Nota 10)	7.734	6.813	7.734	7.587	Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 17)	146	154	146	154
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	9.931	33.586	17.456	37.279	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)				14.385
Depósitos judiciais (Nota 18)	391	105	391	372	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 18)	720	755	720	812
Depósitos e empréstimos compulsórios	33	31	32	31	Partes relacionadas (Nota 27)	79.643		306.823	
Outros direitos realizáveis		127		127	Provisão para passivo a descoberto (Nota 12)	12.723	6.840		
Investimentos (Nota 12)		135.073				<u>216.186</u>	<u>146.335</u>	<u>450.091</u>	<u>522.587</u>
Intangível (Nota 13)	39.584	6.984	40.346	41.130					
Imobilizado (Nota 14)	574.480	409.221	846.331	867.852	Total do passivo	<u>292.556</u>	<u>211.961</u>	<u>618.981</u>	<u>679.315</u>
	<u>634.592</u>	<u>593.153</u>	<u>914.729</u>	<u>957.365</u>	Patrimônio líquido				
					Capital social (Nota 20 (a))	409.003	409.003	409.003	409.003
					Reservas de capital (Nota 20(c))	12.645	12.425	12.645	12.425
					Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 20(h))	141.954	146.539	141.954	146.539
					Reservas de lucros (Nota 20(e))	97.683	97.683	97.683	97.683
					Ações em tesouraria (Nota 20 (d))	(100)	(100)	(100)	(100)
					Prejuízos acumulados	(41.959)		(41.959)	
						<u>619.226</u>	<u>665.550</u>	<u>619.226</u>	<u>665.550</u>
Total do ativo	<u>911.782</u>	<u>877.511</u>	<u>1.238.207</u>	<u>1.344.865</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>911.782</u>	<u>877.511</u>	<u>1.238.207</u>	<u>1.344.865</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	Período findo em 30 de junho		Período findo em 30 de junho	
	2014	2013	2014	2013
Operações continuadas				
Receita (Nota 21)	227.733	217.974	375.514	353.741
Custo das vendas (Nota 22)	(179.841)	(154.408)	(296.382)	(256.968)
Lucro bruto	47.892	63.566	79.132	96.773
Despesas com vendas (Nota 22)	(19.437)	(18.078)	(24.361)	(22.995)
Despesas administrativas (Nota 22)	(51.068)	(27.485)	(63.055)	(38.168)
Outras receitas (despesas) (Nota 22)	(341)	(282)	(330)	(388)
	(70.846)	(45.845)	(87.746)	(61.551)
Lucro (prejuízo) operacional	(22.954)	17.721	(8.614)	35.222
Receitas financeiras (Nota 23)	4.854	8.413	4.969	3.488
Despesas financeiras (Nota 23)	(23.814)	(10.264)	(37.093)	(18.431)
Despesas financeiras, líquidas	(18.960)	(1.851)	(32.124)	(14.943)
Participação nos lucros de controladas (Nota 12)	1.285	2.905		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(40.629)	18.775	(40.738)	20.279
Imposto de renda e contribuição social (Nota 24)	(6.453)	(5.493)	(6.344)	(6.997)
Lucro (prejuízo) do período das operações continuadas	(47.082)	13.282	(47.082)	13.282
Lucro (prejuízo) líquido do período	(47.082)	13.282	(47.082)	13.282
Lucro (prejuízo) líquido por ação (básico e diluído)				
De operações continuadas (Nota 20 (g))	(0,59)	0,17	(0,59)	0,17

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013
Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Período findo em</u>		<u>Período findo em</u>	
	<u>30 de junho</u>		<u>30 de junho</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u>(47.082)</u>	<u>13.282</u>	<u>(47.082)</u>	<u>13.282</u>
Outros componentes do resultado abrangente				
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	<u>538</u>	<u>(673)</u>	<u>538</u>	<u>(673)</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>(46.544)</u>	<u>12.609</u>	<u>(46.544)</u>	<u>12.609</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora												
	Capital Social	Custos de emissão	Reservas de capital			Reservas de lucros				Ações em tesouraria	Lucros/(prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
			Reserva de ágio	Opção de ações	Total	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva para Investimentos	Total				
Em 01 de janeiro de 2013	422.269	(13.266)	10.703	1.175	11.878	9.740	33.789	68.518	112.047	(813)		157.862	689.977
Lucro líquido do período											13.282		13.282
Variação cambial de investidas no exterior (Nota 12)												(673)	(673)
Total do resultado abrangente do período											13.282	(673)	12.609
Realização do custo atribuído (Nota 14)											7.762	(7.762)	
(-) Impostos s/ realização do custo atribuído (Nota 20)											(2.640)	2.640	
Total da realização do custo atribuído											5.122	(5.122)	
Cancelamento de ações em tesouraria (Nota 19)										713			713
Pagamento baseado em ações (Nota 20)			162	156	318						206		524
Dividendos pagos							(33.789)		(33.789)				(33.789)
Total de contribuições/distribuições aos acionistas			162	156	318		(33.789)		(33.789)	713	206		(32.552)
Em 30 de junho de 2013	422.269	(13.266)	10.865	1.331	12.196	9.740		68.518	78.258	(100)	18.610	152.067	670.034
Lucro líquido do período											13.638		13.638
Variação cambial de investidas no exterior (Nota 12)												(405)	(405)
Total do resultado abrangente do período											13.638	(405)	13.233
Realização do custo atribuído (Nota 14)											7.761	(7.761)	
(-) Impostos s/ realização do custo atribuído (Nota 20)											(2.638)	2.638	
Total da realização do custo atribuído											5.123	(5.123)	
Pagamento baseado em ações (Nota 20)				229	229								229
Destinação do lucro líquido do exercício:													
Dividendos intermediários pagos											(17.946)		(17.946)
Reserva legal						1.346			1.346		(1.346)		
Transferências entre reservas								18.079	18.079		(18.079)		
Total de contribuições/distribuições aos acionistas				229	229	1.346		18.079	19.425		(37.371)		(17.717)
Em 31 de dezembro de 2013	422.269	(13.266)	10.865	1.560	12.425	11.086		86.597	97.683	(100)		146.539	665.550
Lucro (prejuízo) líquido do período											(47.082)		(47.082)
Variação cambial de investidas no exterior (Nota 12)												538	538
Total do resultado abrangente do período											(47.082)	538	(46.544)
Realização do custo atribuído (Nota 14)											7.761	(7.761)	
(-) Impostos s/ realização do custo atribuído (Nota 20)											(2.638)	2.638	
Total da realização do custo atribuído											5.123	(5.123)	
Contribuições/distribuições aos acionistas:													
Pagamento baseado em ações (Nota 20)				220	220								220
Destinação do lucro líquido do exercício:													
Total de contribuições/distribuições aos acionistas				220	220								220
Em 30 de junho de 2014	422.269	(13.266)	10.865	1.780	12.645	11.086		86.597	97.683	(100)	(41.959)	141.954	619.226

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) líquido do período	(47.082)	13.282	(47.082)	13.282
Ajustes:				
Depreciação do imobilizado	13.541	11.963	22.466	18.790
Amortização do intangível	2.133	1.900	2.332	2.073
Juros e variações monetárias	18.193	(1.052)	30.978	13.600
Valor residual do permanente baixado	(147)	168	(147)	294
Pagamento baseado em ações	220	361	220	361
Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos	6.453	5.493	5.165	5.739
Constituição de provisão para contingências, líquido	137	35	127	
Provisão para passivo a descoberto	6.421	(196)		
Resultado de equivalência patrimonial	(7.706)	(2.710)		
Perda de valores ativos	195	341	276	525
	<u>(7.642)</u>	<u>29.585</u>	<u>14.335</u>	<u>54.664</u>
Variações nos ativos e passivos:				
(Acréscimo) decréscimo de clientes	45.803	(2.962)	42.195	(19.317)
Acréscimo de estoques	(16.471)	(5.154)	(19.798)	(5.087)
(Acréscimo) Decréscimo de tributos a recuperar	(8.523)	14.155	(7.994)	14.850
(Acréscimo) decréscimo de outros direitos realizáveis	13.413	(6.490)	18.627	(3.454)
Acréscimo (decréscimo) de fornecedores	(16.448)	2.897	(24.220)	(350)
Acréscimo (decréscimo) de encargos sociais e provisões trabalhistas	2.383	(611)	2.353	(660)
Acréscimo (decréscimo) de impostos, taxas e contribuições	541	(372)	(1.055)	(1.362)
Acréscimo de outras exigibilidades	3.215	1.081	1.826	1.053
Caixa gerado nas operações	<u>23.913</u>	<u>2.544</u>	<u>11.934</u>	<u>(14.327)</u>
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social			(1.179)	(190)
			<u>(1.179)</u>	<u>(190)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	16.271	32.129	25.090	40.147
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(14.990)	(7.021)	(18.153)	(13.623)
Aquisição de intangível	(1.601)	(1.189)	(1.601)	(1.189)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(16.591)</u>	<u>(8.210)</u>	<u>(19.754)</u>	<u>(14.812)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Partes relacionadas	94.564	(432)	399.490	
Captações de empréstimos e financiamentos	4.035	50.000	23.445	88.669
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	(105.854)	(58.499)	(431.804)	(78.170)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros	(3.657)	(5.896)	(12.167)	(10.806)
Venda (recompra) de ações		875		875
Pagamento de dividendos		(33.789)		(33.789)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(10.912)</u>	<u>(47.741)</u>	<u>(21.036)</u>	<u>(33.221)</u>
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		-	(3.844)	55
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>(11.232)</u>	<u>(23.822)</u>	<u>(19.544)</u>	<u>(7.831)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota 6)	39.461	52.184	44.706	76.314
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 6)	50.693	76.006	64.250	84.145
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>(11.232)</u>	<u>(23.822)</u>	<u>(19.544)</u>	<u>(7.831)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	Período findo em 30 de junho		Período findo em 30 de junho	
	2014	2013	2014	2013
Receitas				
Vendas brutas de produtos	263.559	250.231	418.075	393.857
Constituição provisão para créditos de liquidação duvidosa	(195)	(341)	(273)	(525)
	<u>263.364</u>	<u>249.890</u>	<u>417.802</u>	<u>393.332</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos	(215.673)	(187.025)	(337.185)	(294.710)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(22.463)	(6.707)	(18.642)	(4.414)
Outras despesas	(341)	(282)	(330)	(388)
	<u>(238.477)</u>	<u>(194.014)</u>	<u>(356.157)</u>	<u>(299.512)</u>
Valor adicionado bruto	24.887	55.876	61.645	93.820
Depreciação e amortização	(15.674)	(13.863)	(24.798)	(20.863)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>9.213</u>	<u>42.013</u>	<u>36.847</u>	<u>72.957</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	7.706	2.710		
Provisão para passivo a descoberto	(6.421)	195		
Receitas financeiras	4.854	8.413	4.969	3.488
	<u>6.139</u>	<u>11.318</u>	<u>4.969</u>	<u>3.488</u>
Valor adicionado total a distribuir	15.352	53.331	41.816	76.445
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	29.579	22.258	39.988	31.685
Salários e encargos	19.101	13.115	27.121	20.290
Honorários de diretoria	2.764	2.929	2.764	2.929
Benefícios	3.789	3.091	4.980	4.280
Encargos trabalhistas e previdenciários	3.925	3.123	5.123	4.186
Impostos, taxas e contribuições	8.191	7.074	10.410	11.940
Tributos Federais	8.169	7.074	8.643	9.294
Tributos Estaduais	1		1.423	2.201
Tributos Municipais	21		344	445
Remuneração de capitais de terceiros	24.664	10.717	38.500	19.538
Juros e variações cambiais	23.814	10.264	37.093	18.431
Aluguéis	850	453	1.407	1.107
Remuneração de capitais próprios	(47.082)	13.282	(47.082)	13.282
Lucros (prejuízos) retidos	(47.082)	13.282	(47.082)	13.282
Valor adicionado distribuído	<u>15.352</u>	<u>53.331</u>	<u>41.816</u>	<u>76.445</u>

(*) A demonstração de valor adicionado consolidada não é parte das informações trimestrais consolidadas conforme IFRS.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES

TRIMESTRAIS EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Providência Indústria e Comércio (a “Companhia”), com sede em São José dos Pinhais, Estado do Paraná e sua controlada tem por objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles tecido não-tecido (“*nonwoven*”), resultantes da transformação de polipropileno da marca KAMI.

Visando integrar os negócios, buscando a maximização de sinergias e a racionalização das atividades com conseqüente redução de custos administrativos e operacionais, em 30 de Abril de 2014 foi realizada AGE que deliberou e aprovou o Protocolo e Justificação para a incorporação da controlada Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. Sendo assim, em 30 de Abril de 2014, a totalidade do acervo líquido da Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. foi incorporado pela Companhia Providência Indústria e Comércio.

Após a incorporação a Companhia passa a ter uma filial em Pouso Alegre, Minas Gerais e uma subsidiária em Statesville, Carolina do Norte, nos Estados Unidos.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 6 de agosto de 2014.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas consistentemente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, vigentes para 30 de junho de 2014.

2.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando-se o custo histórico como base de valor e ajustadas com o objetivo de refletir os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do período, bem

como o “custo atribuído” de terrenos, de edificações e de máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/CPCs.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da mesma e de sua controlada. As áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas com as demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC/IFRS com vigência a partir de 2014 que, eventualmente, pudessem causar um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.3 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controlada

Controlada é a entidade na qual a Companhia tem o poder de determinar políticas financeiras e operacionais, cuja participação é de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados ao se avaliar quando a Companhia controla outra entidade.

A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e, quando aplicável esta consolidação, é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre as empresas, saldos, ganhos e prejuízos não realizados são eliminados. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e sua controlada.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. No caso da Companhia e sua controlada, as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.4 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. Sendo este, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e de sua controlada é a Diretoria Executiva.

Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que o único produto comercializado pela Companhia e sua controlada é o nãotecido, que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicações de recursos são feitas em bases consolidadas, a Administração concluiu que a Companhia e sua controlada têm somente um segmento passível de apresentação.

2.5 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas consolidadas são mensurados e usa-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas na moeda R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do consolidado.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do período como receita ou despesa financeira.

(c) Empresas consolidadas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da controlada localizada nos Estados Unidos utilizam moeda funcional diferente da moeda de apresentação, portanto são convertidos na moeda de apresentação, conforme segue:

- (i) Os saldos dos ativos e passivos apresentados em cada balanço patrimonial são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii) As receitas e despesas apresentadas na demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias, considera-se que essas médias representam razoável proximidade do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações; e
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos a curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante de caixa conhecido.

2.7 Ativos financeiros

2.7.1 Classificação

A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A Companhia e sua controlada não possuem ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são derivativos contratados para a manutenção em carteira até o vencimento, designados como “*hedge*” (um instrumento de proteção). Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como ativos e passivos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos e compreendem “Contas a receber de clientes e demais contas a receber”, com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes.

2.7.2 Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Companhia e sua controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado Financeiro” no período em que ocorrem.

2.7.3 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia e sua controlada avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros encontra-se deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e sua controlada usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia e sua controlada, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e sua controlada podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Caso o valor da perda por *impairment* em um período subsequente diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.8 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são remensurados ao seu valor justo com as suas devidas variações lançadas contra resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

Os valores justos dos instrumentos derivativos estão divulgados na Nota 7.

2.9 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia e de sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (*impairment*) estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e sua controlada não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor presente é calculado com base em taxas praticadas no mercado (CDI-Certificado de Depósito Interbancário), a qual em 30 de junho de 2014 correspondia, em média, a 10,55% a.a. (9,77% a.a. em 31 de dezembro de 2013).

2.10 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e custos gerais de produção relacionados (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.11 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é apurado na aquisição ou na subscrição de capital em outra sociedade, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor da equivalência patrimonial, calculada a partir do percentual de aquisição ou subscrição sobre o valor do patrimônio líquido da sociedade investida (vide maiores informações na Nota 1 (a)).

Segundo a deliberação CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ativos Intangíveis, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia deixou de amortizar contabilmente os ágios decorrentes dos investimentos adquiridos. Tendo em vista que os referidos ágios continuam sendo amortizados para fins tributários, constituiu-se os correspondentes efeitos tributários diferidos sobre a parcela de amortização excluída fiscalmente.

O ágio é testado *anualmente* para verificar perdas (*impairment*).

(b) Softwares

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e sua controlada e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13.

2.12 Imobilizado

Terrenos, edifícios e construções, máquinas e equipamentos, instalações industriais, móveis e utensílios, compreendem principalmente fábricas e escritórios e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, somados ao custo atribuído em 1º de janeiro de 2009.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado, os quais são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando-se o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estão demonstradas na Nota 14.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável caso o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o valor contábil e reconhecidos em “outros ganhos/(perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

2.13 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar uma eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). O imobilizado e outros ativos não financeiros são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando esse for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.14 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa efetiva de juros. Na prática, as contas a pagar aos fornecedores são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e sua controlada tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e é considerada provável, com base em seus assessores jurídicos, que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem tanto os impostos correntes quanto os diferidos, e são calculadas com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável no Brasil. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados através das alíquotas de 15% (além dos 10% adicionais, quando aplicável) e 9%, respectivamente no Brasil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Sendo assim, para dar suporte ao reconhecimento, a Administração elabora em cada exercício um estudo de aproveitamento desses tributos, baseado em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

2.18 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia e sua controlada oferecem aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida (Nota 25), cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento, e também contribuições da empresa cuja contabilização é registrada no resultado no grupo de despesas com pessoal em contrapartida no Passivo Circulante.

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos e determinados empregados um plano de remuneração com base em ações (“*Stock Options*”), devidamente aprovado pelo Conselho de Administração (Nota 20.b), segundo o qual a Companhia recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. Conforme o CPC10 - Pagamentos Baseados em Ações, o prêmio dessas ações, calculado na data da outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período de carência à medida que os serviços são prestados.

(c) Participação nos lucros

A Companhia e sua controlada reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados em regime de competência, de acordo com a política de remuneração definida.

2.19 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

2.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do consolidado. O reconhecimento é feito quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. Portanto, a Companhia e sua controlada adotam como critério de reconhecimento da receita a data em que os produtos são entregues ao comprador.

2.21 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.22 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.23 Divulgação das normas publicadas ainda não vigentes

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das informações trimestrais. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração (CPC 38, 39 e 40) - a IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos seus respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*impairment*) estimada do ágio

Anualmente, a Companhia e sua controlada testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 13).

A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis são baseados não fariam com que o valor contábil ultrapassasse o seu valor recuperável.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e sua controlada reconhecem os ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia e sua controlada também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

A Companhia e sua controlada revisam regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é avaliado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado bem como a seleção de métodos de avaliação requerem um julgamento considerável e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Consequentemente, as estimativas apresentadas na Nota 7 não indicam necessariamente os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de

realização estimados.

(d) Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia e sua controlada são parte de diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 18. Desta forma, são constituídas provisões para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia e sua controlada acreditam que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(e) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual do Paraná e sua filial em Pouso Alegre-MG possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual de Minas Gerais. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia consultou seus assessores jurídicos, os quais emitiram parecer sobre o tema, a partir do qual a Companhia entende não haver passivo a ser registrado.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle que estabelecem limites de exposição cambial e de juros bem como definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos são apresentadas e avaliadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Dentre os procedimentos definidos pela política vigente, a Companhia possui rotinas mensais que permitem projetar e avaliar a exposição cambial, já que possui operações e dívida com o mercado externo e está exposta a esses riscos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de câmbio e taxa de juros

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas nas taxas de juros e taxas de câmbio. O endividamento está indexado em 9% com base na moeda local e a taxas variáveis e fixas, sendo que os 91% restantes estão indexados à LIBOR - (*London Interbank Offered Rate*) e SIFMA - (*Securities Industry and Financial*

Markets Association). Parte significativa das receitas (29%) advém das vendas em mercados externos ao Brasil e está igualmente exposta a variações na taxa de câmbio.

Parte do endividamento está indexada ao CDI, portanto sujeita a taxas de juros variáveis. O resultado financeiro é parcialmente afetado pelas mudanças na taxa básica de juros da economia (SELIC).

Os instrumentos financeiros estão registrados aos valores de custo amortizado, os quais se aproximam dos valores justos.

A tabela a seguir demonstra a exposição cambial da Companhia.

	Consolidado			
	30 de junho de 2014		31 de dezembro de 2013	
	R\$ mil	USD mil	R\$ mil	USD mil
Ativo:				
Contas a receber	63.348	28.762	85.958	36.693
Passivo:				
Fornecedores	(8.129)	(3.691)	(2.989)	(1.276)
Empréstimos e financiamentos	(115.042)	(52.232)	(540.393)	(230.681)
Partes relacionadas – Mútuos	(398.052)	(180.727)		
Posições passivas	(521.223)	(236.650)	(543.382)	(231.957)
Total exposto	(457.875)	(207.888)	(457.424)	(195.264)

A Companhia possui investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior é protegida, principalmente, através de empréstimos na mesma moeda desses investimentos.

Sensibilidade à taxa de câmbio - Apresentamos no quadro a seguir os impactos de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável da taxa do dólar para cada instrumento financeiro exposto:

	Risco	(-) 50%	(-) 25%	Cenário provável	(+) 25%	(+) 50%
Taxas	Dólar	1,2000	1,8000	2,4000	3,0000	3,6000
Contas a receber	Dólar	(28.834)	(11.577)	5.680	22.938	40.195
Empréstimos e financiamentos	Dólar	52.363	21.024	(10.316)	(41.655)	(72.995)
Partes relacionadas – Mútuo	Dólar	181.801	72.993	(35.816)	(144.625)	(253.434)
Fornecedores	Dólar	3.700	1.486	(729)	(2.943)	(5.158)
Ganho (perda)		209.030	83.926	(41.181)	(166.285)	(291.392)

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações financeiras, conforme requerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial em 30 de junho de 2014, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Sensibilidade à taxa de juros – Apresenta-se no quadro a seguir os impactos dos juros no resultado de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável dos indexadores (CDI/LIBOR6) no período de 12 meses:

	Risco	(-) 50%	(-) 25%	Cenário provável	(+) 25%	(+) 50%
Taxas do indexador	CDI/Selic	5,50	8,25	11,00	13,75	16,50
Taxas do indexador	LIBOR6	0,16	0,25	0,33	0,41	0,49
Aplicações financeiras	CDI/Selic	2.050	3.114	4.205	5.324	6.471
Empréstimos e financiamentos	LIBOR6	(10)	(15)	(24)	(24)	(29)
Partes Relacionads - Mútuos	LIBOR6	(2.140)	(2.288)	(2.442)	(2.586)	(2.734)
Ganho (perda)		(100)	811	1.739	2.714	3.708

(ii) Operações com derivativos

A Companhia e sua controlada possuem operações no mercado externo e estão expostas a riscos de mercado provenientes de mudanças nas cotações das moedas estrangeiras e das taxas de juros. A exposição ao risco decorrente de futuros pagamentos em moeda local dos passivos atrelados ao câmbio é protegida, em grande parte, pela carteira de contas a receber de clientes no mercado externo, oriundas das vendas operacionais destinadas à exportação ou realizadas pela Providencia Inc.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada tinham como política operar com instrumentos financeiros derivativos atrelados a moedas estrangeiras, basicamente o dólar americano, os quais tinham a finalidade de *hedge* (proteção contra possíveis oscilações nas taxas de juros e câmbio), seguindo as orientações estipuladas na Política de Gestão de Riscos de Mercado aprovada pelo Conselho de Administração.

A Política de Gestão de Riscos de Mercado visava basicamente a proteção mínima de 75% do fluxo de caixa de curto prazo, por períodos determinados que variem de 9 a 12 meses, orientando para a realização de operações tradicionais de mercado, como por exemplo, NDF's, opções e mercado futuro de dólar via BM&F entre outras, estipulando limites por tipo de operação e contraparte.

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração da Companhia, uma situação considerada possível de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco:

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade

Operação	Risco	(-) 50%	(-) 25%	Cenário provável	(+) 25%	(+) 50%
Swap US\$ x CDI	Variação do CDI	5.972	2.230	(2.737)	(5.176)	(7.547)
Termo de moeda (NDF)	Variação do US\$	(8.923)	(5.158)	(1.452)	2.230	5.972
Perda		(2.951)	(2.928)	(4.189)	(2.946)	(1.575)

Para determinação dos valores no quadro de análise de sensibilidade, considerou-se a curva do dólar e de cotações futuras publicadas pela BM&F. Com base nessas taxas aplicaram-se os percentuais de deterioração de acordo com cada cenário, projetados os fluxos até o vencimento das operações e descontados até a data de encerramento do balanço.

Esta análise foi considerada apenas para efeito de atendimento da legislação em vigor, uma vez que a Companhia opera com derivativos apenas para a proteção e eliminação dos efeitos de flutuação das moedas e juros contratados, não possuindo caráter especulativo.

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das informações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial e no valor *notional* dos instrumentos derivativos em aberto em 30 de junho de 2014, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de riscos prováveis da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas são próximas às descritas anteriormente.

Em 30 de junho de 2014, a Companhia não possuía contratos de derivativos exóticos em aberto, nem possuía em outros períodos.

(b) Risco de crédito

A política de vendas está intimamente associada à Política de Crédito instituída em relação ao risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas, limites individuais de posição e garantias exigidas são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda no valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Contas a receber: O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia para este fim. Os limites de créditos são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os valores classificados no **Grupo 1** referem-se a clientes sem inadimplência no passado. Os valores classificados no **Grupo 2** referem-se a clientes com alguma inadimplência no passado, ou seja, aqueles que em algum momento figuraram dentro dos critérios de constituição de provisão para devedores duvidosos.

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Contas a receber de clientes (líquido de PDD)				
Grupo 1	107.775	122.311	131.575	175.662
Grupo 2	1.802	2.103	4.144	5.147
	<u>109.577</u>	<u>124.414</u>	<u>135.719</u>	<u>180.809</u>

Caixa e equivalentes de caixa: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria de acordo com a política estabelecida.

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo				
brAAA	32.742	36.678	32.753	43.742
brAA	3		3	
brA+f	6.716	6.436	6.716	6.436
brA		7.579		7.579
AA-			5.234	6.493
	<u>39.461</u>	<u>50.693</u>	<u>44.706</u>	<u>64.250</u>

Fonte: Standard & Poor's e Fitch Ratings

(c) Risco de liquidez

A previsão de Fluxo de Caixa é realizada nas entidades operacionais e consolidada pelo departamento de Finanças. O gerenciamento de risco de liquidez da Companhia e sua controlada de forma consolidada é de responsabilidade de seus executivos, que monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e sua controlada para assegurar que elas tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos do consolidado (Companhia e sua controlada) e os ativos e passivos financeiros derivativos a liquidar, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise caso seus vencimentos contratuais sejam essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Em 31 de março de 2014						
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	39.461					39.461
Instrumentos financeiros derivativos						
Contas a receber de clientes	45.301	52.605	9.099	2.439		109.444
Partes relacionadas			3.488			3.488
Depósitos judiciais				391		391
	<u>84.762</u>	<u>52.605</u>	<u>12.587</u>	<u>2.830</u>		<u>152.784</u>
Passivo						
Fornecedores	(19.432)	(3.964)				(23.396)
Instrumentos financeiros derivativos				(3.576)		(3.576)
Partes relacionadas	(17)	(4.435)	(9.505)	(54.675)	(30.122)	(98.754)
Empréstimos e financiamentos						
- Pré-fixadas		(13.804)	(15.475)	(133.591)		(162.870)
	<u>(19.449)</u>	<u>(22.203)</u>	<u>(24.980)</u>	<u>(191.842)</u>	<u>(30.122)</u>	<u>(288.596)</u>
	<u>65.313</u>	<u>30.402</u>	<u>(12.393)</u>	<u>(189.012)</u>	<u>(30.122)</u>	<u>(135.812)</u>

	Consolidado					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Em 30 de junho de 2014						
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	44.706					44.706
Instrumentos financeiros derivativos						
Contas a receber de clientes	58.691	65.056	9.400	2.439		135.586
Depósitos judiciais				391		391
	<u>103.397</u>	<u>65.056</u>	<u>9.400</u>	<u>2.830</u>		<u>180.683</u>
Passivo						
Fornecedores	(31.788)	(3.967)				(35.755)
Instrumentos financeiros derivativos				(3.576)		(3.576)
Partes relacionadas – Mútuos	(292)	(22.249)	(72.089)	(274.913)	(51.475)	(421.018)
Empréstimos e financiamentos						
-Préfixadas	(5)	(13.814)	(15.520)	(133.891)	(20.633)	(183.863)
	<u>(32.085)</u>	<u>(40.030)</u>	<u>(87.609)</u>	<u>(412.380)</u>	<u>(72.108)</u>	<u>(644.212)</u>
	<u>71.312</u>	<u>25.026</u>	<u>(78.209)</u>	<u>(409.550)</u>	<u>(72.108)</u>	<u>(463.529)</u>

Os instrumentos derivativos são administrados com base no valor justo líquido. Estes compreendem os contratos de *swap* de taxa de juros, *Non Deliverable Forward* e Opções de compra de dólar utilizados pela Companhia e sua controlada para administrar o perfil da taxa de juros do consolidado.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas, garantia às demais partes interessadas e para manter uma adequada estrutura de capital.

A administração do capital é monitorada, entre outros indicadores, por meio do índice de dívida/capitalização, cuja meta é manter uma razão menor ou igual a 0,65. Em 30 de junho de 2014,

essa relação apresentou o resultado de 0,48 (0,47 em 31 de dezembro de 2013), demonstrando que a estrutura de capital da Companhia está sendo mantida dentro dos limites estabelecidos. O quadro a seguir demonstra o cálculo do índice dívida/capitalização:

	Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Dívida total	563.813	590.930
Patrimônio líquido	619.226	665.550
Capitalização	1.183.039	1.256.480
Dívida total / capitalização	0,48	0,47

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado e disponível para a Companhia e sua controlada para instrumentos financeiros similares conforme demonstrado na Nota 16.

Conforme determina o CPC40/IFRS 7, a Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo-se a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (item não é aplicado à Companhia em 30 de junho de 2014);

Nível 2 - informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e,

Nível 3 - técnicas que usam dados com efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado (item não aplicado à Companhia em 30 de junho de 2014).

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa				
Valor justo através do resultado	39.461	50.693	44.706	64.250
	<u>39.461</u>	<u>50.693</u>	<u>44.706</u>	<u>64.250</u>
Ativos financeiros derivativos				
Instrumentos derivativos		24.674		24.674
		<u>24.674</u>		<u>24.674</u>
Total do ativo circulante	<u>39.461</u>	<u>75.367</u>	<u>44.706</u>	<u>88.924</u>

Não houve transferência de ativos ou passivos entre níveis de hierarquia de valor justo para os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Caixa e equivalentes de caixa				
Bancos e aplicações financeiras	39.461	50.693	44.706	64.250
	<u>39.461</u>	<u>50.693</u>	<u>44.706</u>	<u>64.250</u>
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis:				
Contas a receber de clientes	109.577	124.414	135.719	180.809
Partes relacionadas	3.488	6.078		
Depósitos judiciais	391	105	391	372
	<u>113.456</u>	<u>130.597</u>	<u>136.110</u>	<u>181.181</u>
Valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos derivativos		24.674		24.674
		<u>24.674</u>		<u>24.674</u>
Total dos ativos	<u>152.917</u>	<u>205.964</u>	<u>180.816</u>	<u>270.105</u>
Passivos financeiros				
Avaliados ao custo amortizado:				
Fornecedores	23.396	33.597	35.755	59.975
Empréstimos e financiamentos	146.275	163.507	165.761	590.930
Partes relacionadas - Mútuo	92.589		398.052	
	<u>262.260</u>	<u>197.104</u>	<u>599.568</u>	<u>650.905</u>
Valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos derivativos	3.576		3.576	
	<u>3.576</u>		<u>3.576</u>	
Total dos passivos	<u>265.836</u>	<u>197.104</u>	<u>603.144</u>	<u>650.905</u>

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da conta “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa em poder da Companhia e sua controlada. O saldo dessa conta no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Recursos em bancos e em caixa	3.120	2.608	8.365	11.124
Fundos de investimentos financeiros de curto prazo	36.341	48.085	36.341	53.126
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	39.461	50.693	44.706	64.250

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por fundos de investimento financeiro, cujas carteiras são basicamente compostas por aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e certificados de depósito bancário, remuneradas a 102% (102% em 31 de dezembro de 2013), em média, da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI - e possuem liquidez imediata. A Companhia e sua controlada não possuem aplicações em fundos de investimento exclusivos.

7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swaps de taxa de juros (a)		(1.988)	21.571	
Contratos de câmbio a termo (b)		(1.704)	1.487	
Contratos de opção de dólar (c)		116	1.616	
Parcela circulante		(3.576)	24.674	

O valor justo das operações com derivativos foi calculado pela Companhia e sua controlada e representa o valor de mercado para a reversão das operações na data de encerramento do período. Dessa forma, o valor justo apurado é válido somente para as datas das informações trimestrais consolidadas, sendo passível de alteração subsequente em função de alterações nas variáveis de mercado em datas posteriores, principalmente, com relação à variação nas taxas de câmbio.

As operações de derivativos financeiros contratadas pelas empresas consolidadas não demandam margens em garantia, apenas sendo realizados ajustes de valores, a crédito ou a débito, nas datas pactuadas.

(a) *Swap* de taxas de juros - CDI x US\$ e LIBOR6 flutuante x pré-fixada:

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de *swap* de taxas de juros, em aberto em 30 de Junho de 2014, correspondem a R\$ 48.603 (R\$ 167.294 em 31 de dezembro de 2013).

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas (taxas de juros em CDI e LIBOR) decorrentes de empréstimos e financiamentos, a Companhia contratou operação de *swap*, negociada na Bolsa de Mercadorias e Futuros e registrada na CETIP, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições:

- Banco Itaú: R\$ 50 milhões - posição ativa em R\$ + 8% a.a. e passiva em 98,70% do CDI a.a., com vencimentos trimestrais até fevereiro de 2016.

(b) Contratos de câmbio a termo (“*Forward*”):

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 30 de Junho de 2014, totalizam R\$ 20.137 (R\$ 28.147 em 31 de dezembro de 2013).

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 30 de Junho de 2014, a Companhia contratou operações de “compra” de moeda a termo (NDF - *Non Deliverable Forward*), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

- Banco HSBC: US\$ 3,9 milhões - posição comprada dólar, taxa de realização de R\$ 2,5267, com vencimentos para 15 de outubro de 2014, 17 de novembro de 2014 e 15 de dezembro de 2014;
- Banco Itaú BBA: US\$ 2,8 milhões – posição comprada dólar, taxa de realização de R\$ 2,4748, com vencimento para 15 de setembro de 2014;e
- Banco Santander: US\$ 2,5 milhões – posição comprada dólar, taxa de realização de R\$ 2,3864, com vencimentos para 18 de fevereiro de 2015;

(c) Contratos de opção de dólar (Call-compra):

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de opção de dólar, em aberto em 30 de junho de 2014, totalizam R\$ 9.341 (R\$ 27.713 em 31 de dezembro de 2013). O prêmio total pago para essas operações foi de R\$ 422 mil.

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 30 de junho de 2014, a Companhia contratou operações de “opção de compra de moeda” (Call-compra), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

- Banco Votorantim: US\$ 2,15 milhões - opção (Call-compra) à taxa de R\$ 2,3543, com vencimentos para 15 de julho de 2014 e 18 de fevereiro de 2015; prêmio pago: R\$ 200 mil;
- Banco Itaú: US\$ 1,4 milhões - opção (Call-compra) à taxa de R\$ 2,4966, com vencimentos para 15 de agosto de 2014, 17 de novembro de 2014; prêmio pago; R\$ 146 mil;
- Banco Santander: US\$ 0,7 milhão - opção (Call-compra) à taxa de R\$ 2,5040, com vencimento para 15 de outubro de 2014; prêmio pago: R\$ 76 mil.

8 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Contas a receber de clientes no mercado interno	63.859	55.604	77.466	99.840
Contas a receber de clientes no mercado externo	50.991	71.500	63.611	86.187
Provisão para devedores duvidosos no mercado interno	(5.010)	(2.461)	(5.095)	(4.989)
Provisão para devedores duvidosos no mercado externo	(396)	(229)	(396)	(229)
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>109.444</u>	<u>124.414</u>	<u>135.586</u>	<u>180.809</u>
Parcela no circulante	107.005	123.201	133.147	177.822
Parcela no não circulante	2.439	1.213	2.439	2.987

Em 30 de junho de 2014, o prazo médio de recebimento das vendas é de 67 dias (73 dias em 31 de dezembro de 2013). A Companhia e sua controlada constituem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para 100% das contas a receber de clientes no mercado interno vencidas há mais de 90 dias. Para as contas a receber de clientes no mercado externo a provisão para créditos de liquidação duvidosa depende da análise da situação financeira atual e o ambiente econômico e político do país em que cada devedor se encontra.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
A vencer	101.086	120.136	125.936	174.109
Vencidos até 60 dias	7.121	2.518	8.354	4.996
Vencidos entre 61 e 90 dias	854	531	871	630
Vencidos há mais de 90 dias	5.789	3.919	5.916	6.292
Total	114.850	127.104	141.077	186.027
Provisão para devedores duvidosos	(5.406)	(2.690)	(5.491)	(5.218)
Total	109.444	124.414	135.586	180.809

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Saldo anterior	(2.690)	(3.078)	(5.218)	(5.102)
Provisão para devedores duvidosos	(351)	(442)	(429)	(946)
Incorporação ISOFILME	(2.521)			
Valores não usados, estornados	156	830	156	830
Saldo final	(5.406)	(2.690)	(5.491)	(5.218)

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do período como “Despesas comerciais”. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

9 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Matérias-primas	17.069	6.060	19.194	15.760
Matérias-primas auxiliares	8.569	7.359	9.719	10.470
Produtos em elaboração	7.756	208	9.627	1.116
Produtos acabados	16.341	10.956	26.227	20.903
Material de almoxarifado	14.836	11.351	17.202	15.870
Mercadorias em trânsito	1.948		1.948	
Total	66.519	35.934	83.917	64.119

A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

10 TRIBUTOS A RECUPERAR

	30 de junho de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Ativo circulante	Realizável a longo prazo	Ativo circulante	Realizável a longo prazo
Controladora				
Impostos/Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	15.210	731	10.936	475
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	6.309		1.677	
Contribuição para Fins da Seguridade Social – COFINS	21.108	4.817	16.757	4.637
Programa de Integração Social – PIS	4.655	1.049	3.662	1.008
Antecipações de IR e CS	428	89	1.456	86
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	5.125	1048	1.614	607
Total	52.835	7.734	36.102	6.813
Controlada				
Impostos/Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS				117
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI			4.564	
Contribuição para Fins da Seguridade Social – COFINS			2.915	180
Programa de Integração Social – PIS			683	41
Imposto de renda retido na fonte – IRRF			724	436
Total			8.886	774
Consolidado	52.835	7.734	44.988	7.587

Os créditos de ICMS de curto prazo são decorrentes das compras de matérias primas destinadas a produção para atender o mercado externo. A Companhia tem como procedimento abrir processos de homologação/habilitação junto ao Estado do Paraná, para posteriormente negociá-los (venda) e/ou utilizá-los como parte de pagamento da fatura de energia elétrica.

Os créditos de ICMS de longo prazo são decorrentes da compra de bens para o ativo imobilizado que tem a sua realização em 48 meses, conforme regulamento vigente.

Os créditos de PIS/COFINS referem-se aos tributos pagos no processo de importação da nova máquina da filial de Pouso Alegre-MG, cujo aproveitamento é feito em conta gráfica.

Em 31 de dezembro de 2013 encerrou o prazo para reconhecimento do antigo REINTEGRA (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras), estabelecido pelo Decreto 7.633/2011 cujo prazo foi estendido pela MP 601/2012. Durante o ano de 2013, a Companhia registrou R\$ 6.410 (R\$ 5.679 em 2012) relativos a créditos instituídos pela Medida Provisória, dos quais parte será recebido em caixa em 2014 via pedido de ressarcimento e o saldo remanescente será compensado com outros tributos federais.

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS ATIVOS

A Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei 11.941/09, por meio do qual as apurações do Imposto sobre a Renda (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e

critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09, foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia consignou a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) em 30 de junho de 2011.

Os saldos acumulados dos impostos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são como segue:

	Controladora	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
IR e CS Ativo		
Imposto de Renda e Contribuição Social (IR e CS)		
Prejuízos fiscais acumulados*	233.715	233.715
Alíquota de IR e CS	34%	34%
Crédito de IR e CS diferido sobre prejuízos fiscais	79.463	79.463
Crédito de IR e CS diferido sobre ágio na incorporação reversa	47.291	56.750
Total de imposto de renda e contribuição social diferido ativo	126.754	136.213
IR e CS Passivo		
Imposto de renda		
Custo atribuído ao ativo imobilizado	(216.781)	(221.844)
Diferenças temporárias líquidas**	(126.816)	(80.374)
	(343.597)	(302.218)
Alíquota de IR	25%	25%
Débito de IR diferido sobre custo atribuído e diferenças temporárias	(85.899)	(75.555)
Contribuição social		
Custo atribuído ao ativo imobilizado	(216.781)	(221.844)
Diferenças temporárias líquidas**	(126.816)	(78.951)
	(343.597)	(300.795)
Alíquota de CS	9%	9%
Débito de CS diferido sobre custo atribuído e diferenças temporárias	(30.924)	(27.072)
Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivo	(116.823)	(102.627)
Total de imposto de renda e contribuição social diferido líquido	9.931	33.586

*Visando o cumprimento da instrução CVM 371/02, temporariamente suspendemos o registro de IR e CS diferidos sobre prejuízos fiscais acumulados. O impacto no resultado do período e no saldo de IR e CS diferidos do Balanço Patrimonial foi de R\$ 29.492, considerando um acréscimo de R\$ 86.740 no saldo de prejuízos fiscais acumulados.

**O saldo das diferenças temporárias líquidas é composto basicamente por: depreciação devido à revisão das vidas úteis do ativo imobilizado (lei 11.638, art.1º, § 7º), provisão para devedores duvidosos, provisão para participações nos resultados e variações cambiais por regime de competência.

	Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
IR Ativo - Controlada		
Imposto de Renda Providencia USA Inc.		
Prejuízo fiscal acumulado	17.288	6.948
Imposto Federal (alíquota de 32%)	5.532	2.223
Imposto Estadual - Carolina do Norte (alíquota de 7%)	1.210	486
Ganho cambial em conversão de moeda estrangeira	783	984
Total de imposto de renda diferido ativo	<u>7.525</u>	<u>3.693</u>
Consolidado	<u>17.456</u>	<u>37.279</u>

Composição por ano de realização do imposto de renda e contribuição social diferido ativo:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Até dezembro de 2014	9.618	19.077	17.143	22.770
De janeiro de 2015 até dezembro de 2015	21.215	21.215	21.215	21.215
De janeiro de 2016 até dezembro de 2016	23.169	23.169	23.169	23.169
De janeiro de 2017 até dezembro de 2017	9.421	9.421	9.421	9.421
De janeiro de 2018 até dezembro de 2023	<u>63.331</u>	<u>63.331</u>	<u>63.331</u>	<u>63.331</u>
	<u>126.754</u>	<u>136.213</u>	<u>134.279</u>	<u>139.906</u>

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo, decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente e leva-se em consideração a realização provável desses tributos com base em projeções de resultados futuros, fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações e que foram aprovados pelo Conselho de Administração.

Em fevereiro de 2007 a Companhia incorporou a Alnilan S.A., empresa “veículo” utilizada na aquisição da Companhia Providência Indústria e Comércio, a qual possuía em seus registros ágio decorrente dessa aquisição. Visando preservar o fluxo de dividendos dos acionistas controladores e minoritários, de acordo com as instruções CVM nº 319/99 e 349/2001, quando da abertura de capital, em julho de 2007, a Companhia registrou provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido. O ágio e a provisão foram amortizados linearmente à taxa de 10% a.a. até 31 de dezembro de 2008.

Em função das mudanças introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Lei 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009, os valores do ágio gerado na incorporação e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido deixaram de ser amortizados de forma sistemática. Sendo assim, o valor correspondente ao benefício fiscal de IR e CS diferidos sobre sua futura amortização fiscal foi classificado como IR e CS diferido ativo.

12 INVESTIMENTOS

(a) Investimentos em controlada

Em 8 de agosto de 2008 foi constituída a controlada direta Providencia USA Inc., domiciliada em Statesville, estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos da América, cujo objeto social é a produção e comercialização de não-tecido (“nonwoven”). Em 30 de junho de 2014, a Companhia detém a totalidade das ações do capital social compreendido por 1.000 ações.

Nome	País	Patrimônio líquido na investida	Resultado do período	Participação %
Providencia USA Inc.	EUA	(12.723)	(6.421)	100,00

Segue abaixo as principais informações financeiras da controlada direta:

30 de junho de 2014	Ativo	Passivo	Receita	Prejuízo
Providencia USA Inc.	330.000	(342.724)	93.403	(6.421)

31 de dezembro de 2013	Ativo	Passivo	Receita	Lucro
Providencia USA Inc.	350.355	(357.195)	158.095	1.766

(b) Controlada com passivo a descoberto

Com relação à controlada, que apresenta passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo), foi constituída a respectiva provisão conforme apresentada no passivo não circulante no balanço patrimonial da controladora sob a rubrica “Provisão para passivo a descoberto” e computada da seguinte forma:

	Controlada		Controladora	
	Passivo a descoberto		Provisão para passivo a descoberto	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Providencia USA Inc.	(12.723)	(6.840)	(12.723)	(6.840)

Durante o período findo em 30 de junho de 2014, a Companhia registrou despesa de equivalência patrimonial para a controlada Providencia USA Inc. no montante de R\$ 6.421 no resultado (despesa de R\$ 1.168 em 2013) e registrou receita decorrente de variação cambial sobre investimento no exterior de R\$ 538 (ganho de R\$ 102 em 2013), na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. (vide Nota “c” a seguir)

(c) Movimentação do investimento com passivo a descoberto

	Controladora			
	31 de dezembro de 2013	Equivalência patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	30 de junho de 2014
Providencia USA Inc.	(6.840)	(6.421)	538	(12.723)

Os ajustes resultantes do processo de conversão das demonstrações financeiras da Providencia USA Inc., originalmente preparados em moeda estrangeira (Dólar Norte-Americano) e convertidos para o Real, foram registrados como ajuste acumulado de conversão na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido.

(d) Movimentação dos investimentos

	Controladora				
	31 de dezembro de 2013	Equivalência patrimonial	Saldo na incorporação	Efeito da incorporação	30 de junho de 2014
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.	135.073	7.706	142.779	(142.779)	

Conforme mencionado na Nota 1, em 30 de abril de 2014, a controlada Isofilme Industria e Comercio de Plásticos Ltda., foi incorporada pela Companhia e os saldos ativos e passivos na data da incorporação eram os seguintes:

Ativo	30 de abril de 2014	Passivo e patrimônio líquido	30 de abril de 2014
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1.644	Fornecedores	6.246
Contas a receber de clientes	31.365	Financiamentos	12.845
Estoques	14.113	Salários e encargos sociais	776
Tributos a recuperar	8.359	Impostos, taxas e contribuições a recolher	681
Outros ativos	1.309	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	170
	<u>56.790</u>	Partes relacionadas	2.019
		Outros passivos	357
			<u>23.094</u>
Não circulante		Não circulante	
Realizável a longo prazo		Financiamentos	73.058
Contas a receber de clientes	1.545	Tributos diferidos	17.203
Tributos a recuperar	773	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	47
Depósitos judiciais	279		<u>90.308</u>
Intangível	33.133		
Imobilizado	163.661	Total do passivo	113.402
	<u>199.391</u>	Patrimônio líquido	
		Capital social	96.246
		Reserva de lucros	44.785
		Ajustes de avaliação patrimonial	1.748
			<u>142.779</u>
Total do ativo	<u>256.181</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>256.181</u>

13 INTANGÍVEL

(a) Composição

	Controladora			Consolidado		
	Softwares	Agio	Total	Softwares	Agio	Total
Em 31 de dezembro de 2013	6.984		6.984	7.997	33.133	41.130
Custo corrigido	23.084	39.759	62.843	7.213	33.133	40.346
Amortização acumulada	(16.633)	(6.626)	(23.259)			
Em 30 de junho de 2014	6.451	33.133	39.584	7.213	33.133	40.346

(b) Movimentação do ativo intangível

	Controladora			Consolidado		
	Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	Ágio	Total	Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	Ágio	Total
Em 31 de dezembro de 2012	8.478		42.683	9.550	33.133	42.683
Adições	2.403		2.403	2.403		2.403
Amortizações	(3.897)		(3.897)	(4.267)		(4.267)
Variação cambial				150		150
Transferência				161		161
Em 31 de dezembro de 2013	6.984		6.984	7.997	33.133	41.130
Adições	1.565		1.565	1.601		1.601
Amortizações	(2.098)		(2.098)	(2.332)		(2.332)
Baixas						
Variação cambial				(53)		(53)
Incorporação Isofilme	36	39.759	39.795			
Amortização Incorporação Isofilme	(36)	(6.626)	(6.662)			
Em 30 de junho de 2014	6.451	33.133	39.584	7.213	33.133	40.346

Em janeiro de 2008, a Controladora direta Providência Participações Ltda. foi incorporada pela sua controlada (incorporação reversa) Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. (“Isofilme”). O ágio que a Providência Participações Ltda. possuía em seus registros, decorrente da aquisição da Isofilme, vinha sendo amortizado linearmente à taxa de 20% a.a., com base na expectativa de rentabilidade futura, suportada em relatório de avaliação econômica elaborado por empresa especializada que utilizou taxa de desconto real de 9,60% a.a. A partir de 1º de janeiro de 2009, o referido ágio deixou de ser amortizado contabilmente de forma sistemática ao resultado, estando somente sujeito à análise do valor de recuperação nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Ainda em decorrência da incorporação reversa, o ágio está registrado em conta específica no ativo intangível da Isofilme e não está sujeito à provisão para a integridade do patrimônio líquido prevista na instrução CVM nº 349, devido às razões abaixo expostas:

- Não houve interposição de empresa veículo, sendo incorporada pela controlada a investidora original e os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio continuam válidos;
- Não houve qualquer evento que represente em aumento patrimonial sem substância econômica nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Tendo em vista a Isofilme ter optado pelo Regime Tributário de Transição introduzido pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, o ágio descrito acima continuou a ser amortizado fiscalmente para fins de apuração da provisão para imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo que os ajustes de amortização estão sendo controlados em livros auxiliares, tendo os reflexos de imposto de renda e contribuição social diferidos sido refletidos no resultado. Este ágio que estava sendo amortizado fiscalmente, teve sua última parcela amortizada em fevereiro de 2013.

O ágio no montante de R\$ 33.133 está fundamentado em expectativa de resultado futuro e é anualmente submetido ao teste de redução ao valor recuperável (*impairment*). As premissas adotadas para a projeção dos fluxos de caixa futuros foram baseadas na análise da sua performance dos últimos anos, na análise e expectativas de crescimento do seu mercado de atuação, além das expectativas e estratégias da Administração. Os valores projetados foram apresentados em termos reais, isto é, não consideram efeitos inflacionários futuros, e os fluxos de caixa operacionais foram projetados para o

período de 1º de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2023. Em 30 de junho de 2014, não foram identificados indicadores de *Impairment* para o referido ágio.

Para o cálculo do valor residual, foi considerado o valor presente da perpetuidade do fluxo de caixa do último ano projetado. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados foi de 9,77% a.a., correspondente à taxa do CDI de dezembro de 2013 - Fonte: Boletim Focus do Banco Central do Brasil.

14 IMOBILIZADO

	Controladora						
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações industriais	Imobilizações em andamento	Outras imobilizações	Total
Custo do Imobilizado (Valor Bruto)							
Em 31 de dezembro de 2012	12.520	94.525	645.840	7.100	2.518	7.915	770.418
Adições		607	13.772	1.104	(130)	628	15.981
Baixas			(184)	(256)		(14)	(454)
Em 31 de dezembro de 2013	12.520	95.132	659.428	7.948	2.388	8.529	785.945
Adições		1.285	8.530	4.391	533	251	14.990
Baixas			(76)			(110)	(186)
Incorporação Isofilme (Nota 12)	5.105	21.279	170.158	3.244	29	1.074	200.889
Em 30 de junho de 2014	17.625	117.696	838.040	15.583	2.950	9.744	1.001.638
Depreciação acumulada:							
Em 31 de dezembro de 2012		(21.221)	(322.298)	(3.583)		(5.809)	(352.911)
Depreciação		(3.108)	(19.931)	(452)		(600)	(24.091)
Baixas			181	92		5	278
Em 31 de dezembro de 2013		(24.329)	(342.048)	(3.943)		(6.404)	(376.724)
Depreciação		(1.724)	(10.897)	(338)		(325)	(13.284)
Incorporação Isofilme (Nota 12)		(1.234)	(33.626)	(1.842)		(526)	(37.228)
Baixas			76			2	78
Em 30 de junho de 2014		(27.287)	(386.495)	(6.123)	-	(7.253)	(427.158)
Imobilizado líquido:							
Em 31 de dezembro de 2012	12.520	73.304	323.542	3.517	2.518	2.106	417.507
Em 31 de dezembro de 2013	12.520	70.803	317.380	4.005	2.388	2.125	409.221
Em 30 de junho de 2014	17.625	90.409	451.545	9.460	2.950	2.491	574.480
Taxa anual de depreciação (média)		3%	4%	10%		10%	

	Consolidado						
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações industriais	Imobilizações em andamento	Outras imobilizações	Total
Custo do Imobilizado (Valor Bruto)							
Em 31 de dezembro de 2012	20.380	139.029	941.384	10.307	105.215	10.233	1.226.548
Adições		1.653	17.588	1.377	12.136	1.143	33.897
Ganho (perda) cambial em conversão de moeda estrangeira	403	4.696	23.145	35	9.720	25	38.024
Baixas			(316)	(256)		(14)	(586)
Transferências		8.970	112.109		(121.885)	806	
Em 31 de dezembro de 2013	20.783	154.348	1.093.910	11.463	5.186	12.193	1.297.883
Adições		1.374	10.515	4.405	1.601	258	18.153
Ganho (perda) cambial em conversão de moeda estrangeira	(189)	(2.156)	(14.700)	(15)	(193)	(106)	(17.359)
Baixas			(76)			(110)	(186)
Transferências							
Em 30 de junho de 2014	20.594	153.566	1.089.649	15.853	6.594	12.235	1.298.491
Depreciação acumulada:							
Em 31 de dezembro de 2012		(22.368)	(355.559)	(5.053)		(6.520)	(389.500)
Depreciação		(4.622)	(34.415)	(745)		(1.034)	(40.816)
Baixas			187	93		5	285

Em 31 de dezembro de 2013		(26.990)	(389.787)	(5.705)		(7.549)	(430.031)
Depreciação		(2.426)	(18.742)	(444)		(593)	(22.205)
Baixas			75			1	76
Em 30 de junho de 2014		(29.416)	(408.454)	(6.149)	-	(8.141)	(452.160)
Imobilizado líquido:							
Em 31 de dezembro de 2012	20.380	116.661	585.825	5.254	105.215	3.713	837.048
Em 31 de dezembro de 2013	20.783	127.358	704.123	5.758	5.186	4.644	867.852
Em 30 de junho de 2014	20.594	124.150	681.195	9.704	6.594	4.094	846.331

Em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e CPC 28), em 1º de janeiro de 2009, a Companhia e sua controlada adotaram o custo atribuído para determinar o valor justo do ativo imobilizado, cujo saldo contábil era substancialmente inferior ao seu valor justo.

A avaliação foi realizada por empresa de engenharia independente especializada em avaliações patrimoniais, de acordo com as normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O ajuste no balanço consolidado em 1º de janeiro de 2009, realizado com base no Laudo de Avaliação e revisado pela Administração, totalizou R\$ 302.157. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 foi de R\$ 7.761, para cada período, havendo uma realização de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o valor dessa depreciação de R\$ 2.638, para ambos os períodos.

A depreciação do período findo em 30 de junho de 2014, alocada ao custo dos produtos vendidos consolidado, soma R\$ 18.393 (R\$ 15.587 em 30 de junho de 2013) sendo que as despesas operacionais somam R\$ 4.073 (R\$ 3.203 em 30 de junho de 2013).

Com objetivo de ampliar sua capacidade produtiva, a Companhia vem realizando investimentos relacionados com a aquisição de novas máquinas, de forma que foram efetuados adiantamentos registrados na rubrica “Imobilizações em Andamento”.

15 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Fornecedores	23.396	33.597	35.755	59.975
Total	23.396	33.597	35.755	59.975

Em 30 de junho de 2014, o prazo médio de pagamento das compras é de 15 dias (17 dias em 31 de dezembro de 2013). A Companhia e sua controlada colocam em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Controladora

Modalidade		Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Nota de crédito à exportação	(a)	8% a.a.	Real	Juros: trimestrais até 2016 Principal: em 2016	719 50.000	537 50.000
Pré-pagamento	(b)	4,85% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2018 Principal: semestrais entre 2013 e 2018	1.208 94.348	1.470 111.500
Total controladora					<u>146.275</u>	<u>163.507</u>
Parcela no circulante					23.321	24.921
Parcela no passivo não circulante					<u>122.954</u>	<u>138.586</u>
					<u>146.275</u>	<u>163.507</u>

- a) Em 08 de fevereiro de 2013, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú uma operação de NCE no valor de R\$ 50.000 a taxa BRL pré + 8% a.a., juntamente com um swap no mesmo montante, de ponta ativa BRL + 8% a.a. e ponta passiva de 98,70% do CDI.
- b) Em 26 de dezembro de 2011, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú uma operação de US\$ 52,4 milhões, com 2 anos de carência e vencimentos semestrais até 26 de setembro de 2018. A taxa de juros contratada é de 4,85% a.a. Para proteger essa operação frente às oscilações do dólar, foi contratada uma operação de *swap* no mesmo montante, de ponta ativa em US\$ + 4,85% a.a. e ponta passiva de CDI + 1,70% a.a.

Em 30 de janeiro de 2014, a Companhia havia contratado junto ao Banco Santander uma operação de NCE no valor de R\$ 4.000 a taxa BRL pré + 8% a.a., juntamente com um swap no mesmo montante, de ponta ativa BRL + 8% a.a. e ponta passiva de 100% do CDI. Este contrato foi liquidado em 16 de Junho de 2014.

Consolidado

Modalidade	Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Financiamento máquina	(c)	LIBOR + 0,85% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2016	1
				Principal: semestrais até 2016	9.482
	(d)	LIBOR + 1,25% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2023	826
				Principal: semestrais até 2023	84.698
Financiamento planta USA	(e)	LIBOR + 3,91%	Dólar	Juros: semestrais até 2014	66
				Principal: semestral até 2014	2.376
	(f)	LIBOR + 3,08%	Dólar	Juros: semestrais até 2016	116
				Principal: semestral até 2016	13.177
	(g)	LIBOR + 2,50%	Dólar	Juros: semestrais até 2016	32
				Principal: 03/04/2016	11.713
	(h)	SIFMA	Dólar	Juros: mensais até 2030	1
				Principal: 2030	19.485
	(i)	LIBOR + 1,50%	Dólar	Juros: semestrais até 2020	439
				Principal: semestral até 2020	85.847
	(j)	LIBOR + 1,20%	Dólar	Juros: semestrais até 2022	3
				Principal: semestral até 2022	79.628
	(k)	LIBOR + 2,85%	Dólar	Juros: semestrais até 2017	666
				Principal: 01/07/2017	46.381
(l)	LIBOR + 3,05%	Dólar	Juros: semestrais até 2014	201	
			Principal: 21/08/2014	11.712	
(m)	LIBOR + 3,05%	Dólar	Juros: semestrais até 2015	301	
			Principal: 30/01/2015	15.227	
(n)	LIBOR + 2,10%	Dólar	Juros: semestrais até 2015	61	
			Principal: 28/01/2015	6.103	
(o)	LIBOR + 2,95%	Dólar	Juros: semestrais até 2015	58	
			Principal: 07/04/2015	7.028	
(p)	LIBOR + 2,60%	Dólar	Juros: semestrais até 2015	49	
			Principal: 18/06/2015	12.884	
(q)	LIBOR + 2,10%	Dólar	Juros: semestrais até 2015	11	
			Principal: 01/07/2015	4.685	
(r)	LIBOR + 2,75%	Dólar	Juros: semestrais até 2015	21	
			Principal: 02/12/2015	12.884	
Total controlada				19.486	427.423
Total consolidado				165.761	590.930
Parcela no circulante (consolidado)				23.359	83.694
Parcela no passivo não circulante (consolidado)				142.402	507.236
				165.761	590.930

- c) O contrato de financiamento entre a antiga controlada Isofilme e o banco alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (kfw), firmado em 27 de julho de 2005, destinado à compra de máquina para a produção de tecido não-tecido (“*nonwoven*”), com taxa de juros equivalente à variação LIBOR + 0,85% a.a., com pagamento de principal e juros semestrais até 2016, e foi liquidado em 13 de junho de 2014.
- d) O contrato entre a Isofilme e o Banco HSBC, no total de US\$ 37,5 milhões garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG, destinados ao financiamento da máquina instalada em Pouso Alegre, Minas Gerais, com taxa de juros contratada correspondente a variação da LIBOR + 1,25% a.a., com pagamento de principal e juros semestrais, foi liquidado em 16 de junho de 2014.
- e) Em 5 de março de 2012, foi contratada junto ao banco HSBC uma operação de US\$ 2,5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorreu em 21 de fevereiro de 2014, com pagamento de principal e juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,91% a.a.
- f) Em 4 de março de 2011 e em 07 de julho de 2011, foram contratadas junto ao Banco Itaú, operações no total de US\$ 9 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento dessas operações seria para 04 de março de 2016 e 10 de dezembro de 2016, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,08% a.a., em média, e foi liquidado em 12 de junho de 2014.
- g) Em 13 de abril de 2011, foi contratada junto ao Banco do Brasil, uma operação de US\$ 5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorreria em 03 de abril de 2016, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,50% a.a., porém foi liquidado em 12 de junho de 2014.
- h) Em 12 de maio de 2010, houve a captação de US\$ 9,1 milhões para financiamento das edificações da planta nos Estados Unidos. A operação, denominada *Recovery Zone Facility Bonds*, consiste na emissão de títulos públicos americanos, do condado de *Iredell*, administrada por um agente (*Wells Fargo Bank*), e garantida pelo Banco HSBC, cuja remuneração é calculada semanalmente e paga mensalmente de acordo com a taxa SIFMA (*Securities Industry and Financial Markets Association*). A taxa SIFMA em 30 de junho de 2014 foi de 0,15% a.a.
- i) Em 12 de fevereiro de 2010, foi assinado contrato entre a Providencia USA Inc. e o Banco HSBC, garantidos pela agência alemã *Euler Hermes Kreditversicherungs AG*, no total de US\$ 51,8 milhões. Tais recursos foram destinados ao financiamento da máquina instalada nos Estados Unidos. A taxa de juros contratada foi a variação da LIBOR + 1,50% a.a., com pagamento de principal e juros semestrais, e foi liquidado em 16 de junho de 2014.
- j) Em 08 de agosto de 2011, foi assinado contrato entre a Providencia USA Inc. e o Banco HSBC, garantidos pela agência alemã *Euler Hermes Kreditversicherungs AG*, no total de US\$ 36,2 milhões. Tais recursos serão destinados ao financiamento da máquina instalada nos Estados Unidos e estão sendo liberados de acordo com os embarques da máquina e seus componentes. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,20% a.a., com pagamento de principal e juros semestrais, foi liquidado em 16 de junho de 2014.
- k) Em 27 de julho de 2012, foi contratada junto ao Banco do Brasil, uma operação de US\$ 20 milhões para o financiamento da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorreria em 29 de dezembro de 2017, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,85% a.a., mas foi

liquidado em 12 de junho de 2014.

- l) Em 16 de agosto de 2012, foi contratada junto ao Banco Bradesco, uma operação de US\$ 5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorreria em 21 de agosto de 2014, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,05% a.a. , mas foi liquidado em 12 de junho de 2014.
- m) Em 30 de janeiro de 2013, foi contratada junto ao Banco Bradesco, uma operação de US\$ 6,5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorreria em 30 de janeiro de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,05% a.a. , mas foi liquidado em 12 de junho de 2014.
- n) Em 06 de fevereiro de 2013, foi contratada junto ao Banco do Brasil, uma operação de US\$ 2,6 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorreria em 28 de janeiro de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,10% a.a., mas foi liquidado em 12 de junho de 2014.
- o) Em 07 de abril de 2013, foi contratada junto ao Banco Bradesco, uma operação de US\$ 3,0 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorreria em 07 de abril de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,95% a.a. , mas foi liquidado em 12 de junho de 2014.
- p) Em 18 de junho de 2013, foi contratada junto ao Banco Bradesco, uma operação de US\$ 5,5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorreria em 18 de junho de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,60% a.a., mas foi liquidado em 12 de junho de 2014.
- q) Em 09 de julho de 2013, foi contratada junto ao Banco do Brasil, uma operação de US\$ 2,0 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorreria em 01 de julho de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,10% a.a. , mas foi liquidado em 12 de junho de 2014.
- r) Em 11 de dezembro de 2013, foi contratada junto ao Banco Santander, uma operação de US\$ 5,5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorreria em 02 de dezembro de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,75% a.a., mas foi liquidado em 12 de junho de 2014.

Em 15 de janeiro de 2014, foi contratada junto ao Banco HSBC, uma operação de US\$ 8 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorreria em 05 de janeiro de 2016, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,50% a.a. Este contrato foi liquidado em 12 de Junho de 2014.

Composição por ano de vencimento da parcela no passivo não circulante:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
2015	10.484	22.299	10.484	123.365
2016	70.966	72.300	70.966	121.703
2017	20.752	43.987	20.752	262.168
De 2018 até 2030	20.752		40.200	
	<u>122.954</u>	<u>138.586</u>	<u>142.402</u>	<u>507.236</u>

A Companhia possui junto ao Banco HSBC uma carta fiança internacional, visando garantir os US\$ 9,1 milhões relativos à captação do Recovery Zone Facility Bond.

Os empréstimos nacionais não possuem garantias.

Abreviaturas:

CDI - Certificado de Depósito Interbancário

LIBOR - *London Interbank Offered Rate* (Taxa Interbancária de Londres)

SIFMA - *Securities Industry and Financial Markets Association* (Associação dos Mercados Financeiros e Valores Mobiliários)

Os valores contábeis dos empréstimos, financiamentos em comparação com os seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora				Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo		Valor contábil		Valor justo	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Empréstimos e financiamentos	<u>146.275</u>	<u>163.507</u>	<u>150.642</u>	<u>167.807</u>	<u>165.761</u>	<u>590.930</u>	<u>169.702</u>	<u>576.566</u>
	<u>146.275</u>	<u>163.507</u>	<u>150.642</u>	<u>167.807</u>	<u>165.761</u>	<u>590.930</u>	<u>169.702</u>	<u>576.566</u>

17 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30 de junho de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Controladora				
ICMS		167	227	154
PIS		10	10	
COFINS		22	22	
IRRF		1.268	316	
IRPJ e CSLL		303		
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta a recolher		321	317	
Demais obrigações tributárias		445	412	
	<u>2.536</u>	<u>146</u>	<u>1.304</u>	<u>154</u>
Controlada				
ICMS			192	
IRRF			243	

IRPJ e CSLL			523	
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta a recolher			137	
Imposto sobre propriedade Statesville			2.324	
Demais obrigações tributárias			39	
			<u>3.458</u>	
Consolidado	<u>2.536</u>	<u>146</u>	<u>4.762</u>	<u>154</u>

18 PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal.

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos montantes efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, sendo que somente são provisionados os valores relativos aos processos com risco de perda provável.

O quadro a seguir apresenta a posição das provisões para perdas prováveis e depósitos judiciais em 30 de junho de 2014:

	Controladora				Consolidado			
	30 de junho de 2014		31 de dezembro de 2013		30 de junho de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
Trabalhista	920	351	810	105	920	351	1.037	339
Cível	20		25		20		25	
Fiscal		33				33		33
Outros		7				7		
Total	<u>940</u>	<u>391</u>	<u>835</u>	<u>105</u>	<u>940</u>	<u>391</u>	<u>1.062</u>	<u>372</u>
Circulante	220		80		220		250	
Não circulante	720	391	755	105	720	391	812	372

A movimentação das provisões no período findo em 30 de junho de 2014 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>835</u>	<u>1.062</u>
Adições	522	305
Baixas	(417)	(427)
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>940</u>	<u>940</u>

(a) Processos de natureza trabalhista

Em geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros.

(b) Processos de natureza cível

Em geral, os processos de natureza cível envolvem questões usuais e inerentes à nossa atividade empresarial e referem-se, sobretudo, a ações indenizatórias, cobranças de créditos, questões relativas à declaração de inexigibilidade de título executivo e sustação de protesto.

(c) Processos de natureza fiscal

Em 30 de junho de 2014, a filial de Pouso Alegre-MG figura como parte em um processo judicial referente ICMS sobre energia elétrica disponibilizada e não utilizada.

No dia 15 de abril de 2013 foi publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, o decreto nº 46.215 que regulamenta a dispensa do pagamento do ICMS sobre a energia que não é efetivamente usada.

(d) Ações possíveis não provisionadas

A Companhia possui ações e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e fiscal, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração, de acordo com a avaliação apoiada por assessores legais, como possíveis, para os quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Trabalhistas	621	403	621	403
Cíveis	3.105	1.913	3.105	1.943
Fiscais *	154.904	141.815	154.904	154.904
	<u>158.630</u>	<u>144.131</u>	<u>158.630</u>	<u>157.250</u>

*Estas ações e processos administrativos incluem dois autos de infração relacionados à formação do resultado tributável da Companhia e da Isofilme dos anos de 2007 e 2008, lavrados em agosto e novembro de 2013, que estão sendo tempestivamente impugnados na esfera administrativa.

(e) Antigos controladores (2007)

Em 30 de junho de 2014, os montantes relativos a processos de responsabilidade dos antigos controladores, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis e prováveis, somam R\$ 1.970 na Controladora e no Consolidado (R\$ 2.327 em 31 de dezembro de 2013).

(f) Antigos controladores (2014)

Em 30 de junho de 2014, os montantes relativos a processos de responsabilidade dos antigos controladores, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis e prováveis, somam R\$ 106.869.

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2013, o montante registrado a título de impostos diferidos passivos é reconhecido para fazer frente à realização das diferenças temporárias. A composição é feita da seguinte forma:

	Consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Passivo		
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS)		
Diferido sobre efeitos Lei 11.638 e Lei 11.941		39.609
Custo atribuído ao ativo imobilizado		2.699
		<u>42.308</u>
Alíquota de IR e CS		34%
Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivo líquido		<u>14.385</u>

As diferenças temporárias que dão origem ao IR e CS diferido passivo referem-se, substancialmente, à amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da antiga controlada Isofilme.

O montante de R\$ 17.202, foi absorvido pela Controladora na incorporação da Controlada Isofilme, conforme descrito nas Notas explicativas 1 e 12 e está apresentado pelo valor líquido no balanço da Companhia, conforme Nota 11.

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 30 de junho de 2014, o capital social de R\$ 409.003 está representado por 80.041.132 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas conforme quadro a seguir:

Acionistas Controladores e ligados aos Controladores		
PGI Polímeros do Brasil S.A.*	57.013.069	71,2%
Total Acionistas Controladores e ligados aos Controladores	<u>57.013.069</u>	<u>71,2%</u>
Administradores		
Diretoria	52.009	0,1%
Conselho Fiscal	4.000	0%
Total Administradores	<u>56.009</u>	<u>0,1%</u>
Ações em circulação (<i>free float</i>)		
Sul América Invest. Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**	4.041.400	5%
Outros	18.912.354	23,6%
Total Ações em circulação (<i>free float</i>)	<u>22.953.754</u>	<u>28,7%</u>
Ações em tesouraria	18.300	0%
Total Ações em tesouraria	<u>18.300</u>	<u>0%</u>
Total Ações	<u>80.041.132</u>	<u>100%</u>

* Em junho de 2014 a PGI Polímeros do Brasil S.A. adquiriu o controle acionário da Companhia Providência conforme fato relevante divulgado em 27 de janeiro de 2014.

** Sul América FI em Ações, Sul América Dividendos FI em Ações e NBF Sulamérica Master Prev FIM, três fundos de investimentos administrados pela Sul América Investimentos Distribuidora

de Títulos e Valores Mobiliários S.A, com representação igual ou superior a 5% do capital social da Companhia.

Conforme artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, a mesma está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 4.050.000 (quatro milhões e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, competindo ao Conselho de Administração deliberar sobre as emissões e suas condições, inclusive preço de emissão, forma e prazo de integralização.

Conforme divulgado no Fato Relevante de 20 de junho de 2014, como consequência da Operação de aquisição de controle da Companhia, a PGI Brasil realizará oferta pública para a aquisição da totalidade das ações ordinárias de titularidade dos acionistas remanescentes da Providência (“OPA por Alienação de Controle”), nos termos do artigo 254-A da Lei n.º 6.404/1976 (“Lei das S.A.”), artigos 29 e 30 da Instrução CVM n.º 361/2002 (“ICVM 361”), das regras do Regulamento de Listagem no Novo Mercado BM&FBovespa S.A. (“Regulamento do Novo Mercado”) e do Estatuto Social da Companhia.

Concomitantemente à OPA por Alienação de Controle, a PGI Brasil informa também a intensão de realizar oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias da Companhia visando: (i) cancelar o registro da Companhia como companhia aberta (“OPA para Cancelamento de Registro”); e (ii) retirar a Companhia do segmento especial de listagem do Novo Mercado da BM&FBovespa (“OPA para Saída do Novo Mercado”), observando-se, para tanto, os termos previstos nos artigos 4º, §4º da Lei das S.A., bem como os procedimentos estabelecidos nos artigos 16 a 25 da ICVM 361 e no Regulamento do Novo Mercado (OPA por Alienação de Controle, OPA para Cancelamento de Registro e OPA para Saída do Novo Mercado são referidas, em conjunto, como “OPA Unificada”).

b) Opções de compra de ações

De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração e conforme as Diretrizes para a Estruturação de Plano de Opção de Compra de Ações aprovadas em Assembleia Geral de 11 de maio de 2007 e 10 de setembro de 2010, a Companhia pode outorgar opção de compra ou subscrição de novas ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de executivos e empregados de alto nível da Companhia e de sua controlada.

As diretrizes para conceder opção de compra de ações são administradas pelo Conselho de Administração, que pode outorgar opção de compra de ações às pessoas indicadas. A opção de compra de ações a ser oferecida nos termos dessas Diretrizes representará, a qualquer momento, até 3% do total de ações de emissão da Companhia. Os termos e condições, inclusive o preço por ação, são definidos pelo Conselho de Administração no momento da outorga ou concessão. Os acionistas, nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência no período da opção de compra de ações.

Atualmente está vigente um plano de opção de compra de ações (“2º Plano de Opção de Compra de Ações”). O plano possui três períodos de carência para o exercício das opções: Após o decurso de 12 meses, o participante passa a ter o direito de adquirir 20% das ações objeto da opção; após o decurso de 24 meses, o participante passa a ter direito de adquirir mais 30% das ações objeto da opção; e, após o decurso de 36 meses o participante passa a ter direito de adquirir os outros 50% das ações objeto da opção. O prazo total de prescrição do plano é de 7 (sete) anos.

O reconhecimento nas Demonstrações Financeiras começa a ser feito a partir do mês em que os beneficiários assinam os contratos individuais.

A condição para exercer o direito é a permanência na Companhia.

Até 30 de junho de 2014 foram exercidas 130.800 ações referente à outorga aprovada em 30 de maio de 2011. As ações entregues pela Companhia haviam sido adquiridas no período entre 26 de setembro de 2011 e 25 de setembro de 2012 e estavam consignadas na conta de ações em tesouraria. O efeito do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 162 das opções exercidas foi registrado na conta de Reserva de Capital. Também foram canceladas as opções correspondentes a 175.000 ações, devido a saída de pessoas que participavam do plano.

O quadro a seguir demonstra os detalhes do plano vigente:

<u>Data da aprovação</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Preço de exercício</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>% do Capital Social</u>
30/05/2011	829.000	6,10	30/05/2018	1.510	1,04%
25/05/2012	460.000	6,35	25/05/2019	711	0,58%

As premissas utilizadas para o cálculo, na data da outorga, foram as seguintes:

<u>Data da aprovação</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Taxa de juros anual livre de risco</u>	<u>Prazo total em anos</u>	<u>Volatilidade anual esperada</u>	<u>Valor justo da opção na data da outorga</u>
30/05/2011	829.000	12,15%	3	52,86%	1,82
25/05/2012	460.000	8,79%	3	48,56%	1,57

Caso as opções de compra de ações sejam integralmente exercidas pelos seus titulares, os atuais acionistas da Companhia sofrerão uma diluição de participação de 1,21%. Tal diluição foi calculada com base na razão entre (i) o número total de ações objeto do plano de opção de compra de ações vigentes, e (ii) o número total de ações de emissão da Companhia em 30 de junho de 2014, acrescido do número total de ações objeto do plano de opção de compra de ações, ou seja:

$$\text{“Diluição em 30/06/2014”} = 983.200 / (80.041.132 + 983.200) \times 100 = 1,21\%$$

<u>Movimentação das opções</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Quantidade inicial	983.200	1.289.000
Opções outorgadas		
Opções exercidas		(130.800)
Opções não exercidas		(175.000)
Quantidade final	983.200	983.200
Preços de exercício - outorga aprovada em 30/05/2011	6,10	6,10
Preços de exercício - outorga aprovada em 25/05/2012	6,35	6,35
Data de vencimento - outorga aprovada em 30/05/2011	30/05/2018	30/05/2018
Data de vencimento - outorga aprovada em 25/05/2012	25/05/2019	25/05/2019

(c) Reservas de capital

O saldo de reserva de capital de R\$ 12.645 em 30 de junho de 2014 (R\$ 12.425 em 31 de dezembro de 2013) é composto pela reserva de ágio na emissão de ações, no montante de R\$ 10.865 (R\$ 10.865 em

31 de dezembro de 2013), e pela reserva especial para fazer frente aos compromissos da nova outorga do plano de opção de compra de ações, de acordo com a nota 20 (b), cujo saldo totaliza R\$ 1.780 em 30 de junho de 2014 (R\$ 1.560 em 31 de dezembro de 2013).

(d) Ações em tesouraria

Movimentação ações em tesouraria	Valor	Quantidade
Saldo em 31 de dezembro de 2013	100	18.300
Saldo em 30 de junho de 2014	100	18.300

Em 26 de setembro de 2011, a Companhia iniciou seu 3º Programa de Recompra de Ações de própria emissão, o qual se encerrou em 25 de setembro de 2012.

Neste período, a Companhia recomprou 149.100 ações, pelo montante de R\$ 813. Até 30 de junho de 2014, a Companhia vendeu 130.800 ações por conta do exercício das opções relativas ao plano de *Stock Options*.

(e) Reservas de lucros

	Controladora e consolidado	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Reserva legal	11.086	11.086
Reserva para futuros investimentos	86.597	86.597
Total	97.683	97.683

A reserva legal é constituída com 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação até o limite de 20% do capital.

A reserva para futuros investimentos foi proposta pela Administração e aprovada em assembleia geral para fazer frente ao projeto de investimento da Companhia, o qual envolve a instalação de novas máquinas.

(f) Dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, considerando, principalmente os ajustes das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal.

Em relação à política de dividendos, a Companhia manterá a mesma prevista no seu estatuto social.

(g) Lucro por ação básico e diluído

Os resultados por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no período, conforme detalhado no quadro abaixo. Não houve movimentação na quantidade de ações emitidas, e o cálculo da quantidade de ações dilutivas efetuado pela Companhia não apresentou resultado relevante a ponto de alterar o lucro por ação. Desta forma, o lucro diluído por ação apresentou diferença irrelevante para divulgação,

ou seja, o lucro diluído por ação foi praticamente igual ao lucro básico por ação:

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Resultado do período	(47.082)	13.282
Quantidade de ações	80.022	80.022
Lucro (prejuízo) por ação	<u>(0,59)</u>	<u>0,17</u>

(h) Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Custo atribuído aos bens do ativo imobilizado (a)	143.075	153.321
Ajustes acumulados de conversão (b)	(1.121)	(1.254)
Total	<u>141.954</u>	<u>152.067</u>

Os movimentos do período referem-se a:

- (a) Custo atribuído aos bens do ativo imobilizado: Realização da depreciação líquida de imposto de renda, no valor de R\$ 5.123 no período findo em 30 de junho de 2014;
- (b) Ajustes acumulados de conversão: Variação cambial do investimento na controlada Providencia USA Inc., no valor de R\$ 538.

21 RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Vendas brutas de produtos	273.896	262.941	430.022	409.139
Devoluções de vendas	(10.337)	(12.710)	(11.947)	(15.282)
Impostos sobre vendas	(35.826)	(32.257)	(42.561)	(40.116)
Receita líquida	<u>227.733</u>	<u>217.974</u>	<u>375.514</u>	<u>353.741</u>

22 DESPESAS POR NATUREZA E CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Custos variáveis e gastos gerais de fabricação	(179.841)	(154.408)	(296.382)	(256.968)
Despesas com vendas				
Logística	(17.684)	(15.913)	(22.051)	(20.364)
Comissões	(988)	(1.329)	(1.211)	(1.419)
Outras	(765)	(836)	(1.099)	(1.212)
Total despesas com vendas	<u>(19.437)</u>	<u>(18.078)</u>	<u>(24.361)</u>	<u>(22.995)</u>
Despesas administrativas				
Pessoal	(12.102)	(9.566)	(16.197)	(13.985)
Administradores	(2.764)	(2.929)	(2.764)	(2.929)
Despesa de benefícios a empregados	(7.811)	(3.480)	(9.450)	(4.585)
Despesa com <i>utilities</i>	(456)	(629)	(689)	(1.361)
Serviços prestados*	(20.779)	(4.442)	(22.048)	(5.238)
Despesas de viagem	(920)	(1.074)	(1.145)	(1.383)
Impostos e taxas	(176)	(462)	(647)	(931)
Despesas de depreciação e amortização	(4.062)	(3.691)	(6.405)	(5.276)
Outras despesas	(1.998)	(1.212)	(3.710)	(2.480)
Total despesas administrativas	<u>(51.068)</u>	<u>(27.485)</u>	<u>(63.055)</u>	<u>(38.168)</u>
Reversão de provisões e recuperação de despesas	5	81	16	(25)
Outras	(346)	(363)	(346)	(363)
Total outras receitas (despesas)	<u>(341)</u>	<u>(282)</u>	<u>(330)</u>	<u>(388)</u>
Total	<u>(250.687)</u>	<u>(200.253)</u>	<u>(384.128)</u>	<u>(318.519)</u>

*A variação nas despesas com serviços prestados refere-se aos honorários incorridos em virtude do processo mencionado na Nota 20 (a).

23 DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

(a) Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Juros	284	901	164	934
Variação Cambial		5.024		
Operações com derivativos	1.601	238	1.601	238
Rendimentos de aplicações financeiras	1.800	2.295	1.871	2.352
Outros	1.169	(45)	1.333	(36)
	<u>4.854</u>	<u>8.413</u>	<u>4.969</u>	<u>3.488</u>

As variações nas receitas financeiras observadas no período findo em 30 de junho de 2014, comparativamente ao mesmo período de 2013, se devem, principalmente, ao efeito da variação

cambial sobre os ativos expostos em moeda estrangeira e à redução nos rendimentos das aplicações financeiras em função da redução dos montantes aplicados.

As receitas com operações de derivativos referem-se aos resultados com as operações de *swap*, Contratos de câmbio a termo e Contratos de opções de dólar.

(b) Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Juros	(10.891)	(8.324)	(27.507)	(13.740)
Varição cambial	(5.321)	-	(1.456)	(2.372)
Operações com derivativos	(6.314)	(1.454)	(6.566)	(1.454)
Outros	(1.288)	(486)	(1.564)	(865)
	<u>(23.814)</u>	<u>(10.264)</u>	<u>(37.093)</u>	<u>(18.431)</u>

As variações nas despesas financeiras observadas no período findo em 30 de junho de 2014, comparativamente ao mesmo período de 2013, referem-se, principalmente, ao incremento dos juros sobre empréstimos e financiamentos, ao efeito da variação cambial sobre os passivos expostos em moeda estrangeira e à majoração das despesas com operações de derivativos.

As despesas com operações de derivativos referem-se aos resultados com as operações de *swap*, Contratos de câmbio a termo e Contratos de opções de dólar.

24 DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Conciliação da alíquota efetiva dos tributos

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Lucro antes dos tributos	(40.629)	18.775	(40.738)	20.279
Alíquota nominal dos tributos (IR e CS)	34%	34%	34%	34%
Despesa de IR e CS à alíquota básica	13.814	(6.384)	13.851	(6.895)
Efeito tributário de (adições) exclusões:				
Resultado de investimentos em controlada	437	988		
Realização IR e CS diferidos s/ágio	(9.458)	(9.458)	(9.458)	(9.458)
Realização IR e CS diferidos sobre prejuízos fiscais		7.212		6.992
IR e CS sobre prejuízos acumulados não constituídos	(13.814)		(13.851)	
Itens permanentes, líquidos	2.568	2.149	3.114	2.364
Valor lançado ao resultado	(6.453)	(5.493)	(6.344)	(6.997)
Corrente			(1.179)	(875)
Diferido	(6.453)	(5.493)	(5.165)	(6.122)
Valor lançado ao resultado	<u>(6.453)</u>	<u>(5.493)</u>	<u>(6.344)</u>	<u>(6.997)</u>

(b) Demonstrativo da movimentação do IR e CS, líquido em 30 de junho de 2014

	Controladora			
	Saldo em 2013	Movimento Providência	Incorporação Isofilme	Saldo em 2014
Prejuízo fiscal e base negativa CS acumulados	233.715			233.715
1) Efeito sobre IR e CS diferido ativo (calcular 34%)	79.463			79.463
Diferenças temporárias sujeitas a alíquota nominal de 34%	(80.374)	1.457	(47.902)	(126.819)
Adições temporárias	(9.440)	6.024	22.383	18.967
Depreciação (Revisão vida útil imobilizado)	(76.673)	(8.722)	(37.319)	(122.714)
Ágio Isofilme			(33.132)	(33.132)
Outras	5.739	4.155	166	10.060
Diferenças temporárias sujeitas a alíquota nominal de 9% FINOR, FINAM e outros	1.423	(1.423)		
2) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	(27.199)	367	(16.287)	(43.119)
3) Diferenças permanentes	(18.678)	(6.820)	(915)	(26.413)
IRPJ Diferido - ÁGIO	41.728	(6.954)		34.774
CSLL Diferido - ÁGIO	15.022	(2.504)		12.518
IRPJ Diferido - Custo atribuído	(55.462)	1.940	(674)	(54.196)
CSLL Diferido - Custo atribuído	(19.966)	698	(241)	(19.509)
Total do efeito de IR e CS diferido ativo (1+2+3)	<u>33.586</u>	<u>(6.453)</u>	<u>(17.202)</u>	<u>9.931</u>
Total do efeito de IR e CS no resultado		<u>(6.453)</u>		
	Consolidado			
	Saldo em 2013	Movimento	Diferido Passivo	Saldo em 2014
Prejuízo fiscal e base negativa CS acumulados	233.715			233.715
Prejuízo fiscal EUA	6.948	10.340		17.288
1) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	82.173	4.032		86.205
Diferenças temporárias sujeitas a alíquota nominal de 34%	(77.852)	(6.643)	(40.317)	(124.812)
Adições temporárias	17.243	1.724		18.967
Depreciação (Revisão vida útil imobilizado)	(110.031)	(12.683)		(122.714)
Ágio Isofilme			(33.132)	(33.132)
Outras	14.936	4.316	(7.185)	12.067
Diferenças temporárias sujeitas a alíquota nominal de 9% FINOR, FINAM e outros	1.423	(1.423)		
2) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	(26.216)	(2.377)	(13.743)	(42.336)
3) Diferenças permanentes				
Ajustes da Lei 11.638 e Lei 11.941 sujeitos a alíquota nominal de 34%	(18.678)	(6.820)	(915)	(26.413)
IRPJ Diferido - ÁGIO	41.728	(6.954)		34.774
CSLL Diferido - ÁGIO	15.022	(2.504)		12.518
IRPJ Diferido - Custo atribuído	(55.462)	1.940	(674)	(54.196)
CSLL Diferido - Custo atribuído	(19.966)	698	(241)	(19.509)
Total do efeito de IR e CS diferido ativo (1+2+3)	<u>37.279</u>	<u>(5.165)</u>	<u>(14.658)</u>	<u>17.456</u>
IR e CS corrente		(1.179)		
Total do efeito de IR e CS no resultado		<u>(6.344)</u>		

A Companhia está avaliando os efeitos da Lei 12.973/14, porém estima não haver impactos relevantes para as suas operações.

25 PLANO DE PREVIDÊNCIA

Em dezembro de 2009, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, denominado ProvidenciaPrev, cujas contribuições são feitas mensalmente de forma voluntária pelos participantes e, também, pela Companhia de acordo com faixas salariais, divididos em dois grupos, levando em consideração o valor de contribuição máximo exigido pela Previdência Social.

A Companhia como patrocinadora não assume responsabilidade financeira pelo custo dos serviços passados.

No primeiro grupo participam todos os empregados com salário nominal acima do teto máximo da tabela da Previdência Social, onde a Companhia efetua contribuições básicas em nome do participante no valor de 100% da contribuição básica do mesmo, a título de contrapartida de suas contribuições.

O segundo grupo é formado pelos demais empregados onde a contribuição da Companhia ocorrerá na data da elegibilidade ao benefício, equivalente a três vezes o salário do participante.

O montante das contribuições da Companhia efetuadas no período findo em 30 de junho de 2014, totalizou R\$ 392 (R\$ 276, comparativamente ao mesmo período de 2013), tendo sido reconhecido no resultado na rubrica gastos com pessoal.

26 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e sua controlada, Providencia USA Inc. adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são cotadas com diversas seguradoras, estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia e sua controlada realizam o gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia e sua controlada possuíam apólices de seguro contratadas para cobertura das seguintes modalidades e montantes:

Ramo	Importâncias seguradas	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Patrimonial		
Riscos Nomeados e Operações e Lucros Cessantes	863.014	929.136
Responsabilidade Civil Geral		
Estabelecimentos Comerciais	102.629	105.264
Responsabilidade Civil		
D&O	35.418	35.227
Transporte Internacional		
Importação e Exportação	13.065	13.275
Total	<u>1.014.126</u>	<u>1.082.902</u>

As coberturas de seguros são:

- Seguro patrimonial (unidades fabris) - garante indenização por danos elétricos, incêndio, lucros cessantes, quebra de máquinas, roubo/furto qualificado de bens e vendaval, furacão, ciclone, tornado, impacto de veículo terrestre e queda de aeronave. Agrega seguro de empilhadeiras e veículos que garante indenização por perdas e danos materiais sobre os referidos bens;
- Seguro de responsabilidade civil geral sobre produtos fabricados e operações internas, assim como empregador e riscos contingentes de veículos motorizados;
- Seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (D&O);
- Seguro de transporte - garante todos e quaisquer bens e/ou mercadorias/matéria-prima, inerentes ao ramo de atividade e transportados sob sua responsabilidade; e,
- Seguro garantia - garante, caso necessário a utilização, obrigações assumidas pela Companhia junto a diversos órgãos e entidades públicas e privadas no âmbito de adiantamento de pagamento, executante construtor, fornecedor ou prestador de serviço, licitante, perfeito funcionamento e retenção de pagamento.

As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

27 PARTES RELACIONADAS

(a) Controladora

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativo		
Banco Espírito Santo S.A.		
Aplicações financeiras		7.579
Isofilme Ind. e Com. Plásticos Ltda.		
Contrato de mútuo (a)		2.365

Providência USA Inc.		
Contrato de mútuo (b)	3.488	3.713
	<u>3.488</u>	<u>13.657</u>
Passivo – Circulante e não circulante		
PGI USA.		
Contrato de mútuo (c)	92.589	
	<u>92.589</u>	

(b) Consolidado

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativo		
Banco Espírito Santo S.A.		
Aplicações financeiras		7.579
		<u>7.579</u>
Passivo – Circulante e não circulante		
PGI USA.		
Contrato de mútuo (c)	398.052	
	<u>398.052</u>	

Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Receitas		Despesas	
	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Juros sobre contratos de mútuo				
Companhia Providência Indústria e Comércio	117	855	70	
Providencia USA Inc.			38	68
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.			79	787
Variação cambial				
Companhia Providência Indústria e Comércio	1.591			
Providencia USA Inc.		276	223	276
Venda de produtos				
Companhia Providência Indústria e Comércio	199			
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.	2.995			
PGI USA	682			
Compra de produtos				
Companhia Providência Indústria e Comércio			3.678	
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.			199	
Aplicações financeiras e derivativos				
Banco Espírito Santo S.A.	9	257		
	<u>5.593</u>	<u>1.388</u>	<u>4.287</u>	<u>1.131</u>

- (a) Em 10 de outubro de 2012, 02 de janeiro de 2013, 10 e 20 de maio de 2013 foram firmados contratos de mútuo no montante total de R\$ 2.250 com a controlada Isofilme, com vencimentos para 10 de outubro de 2013, 02 de janeiro de 2014, 10 e 20 de maio de 2014. A taxa de correção é de 100% do CDI + 1,70% a.a. Em virtude da incorporação da Isofilme pela Cia.o contrato foi liquidado;
- (b) Em 07 de janeiro de 2013, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 1.500 com a Providencia USA Inc., com vencimento para 07 de janeiro de 2015. A taxa de correção é de LIBOR + 3% a.a.;
- (c) Contratos de mútuo com PGI:

		Controladora				30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Modalidade		Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos			
I-C Loan	(i)	Libor + 3% a.a.	Dólar	Juros: trimestrais até 2016 Principal: em 2016	5	4.184	
I-C Loan	(ii)	Libor + 0,85% a.a	Dólar	Juros: semestrais até 2016 Principal: semestrais até 2016	5	9.061	
I-C Loan	(iii)	Libor + 1,25% a.a.	Dólar	Juros: Semestrais até 2023 Principal: Semestrais até 2023	63	79.271	
Total controladora					92.589		
Parcela no circulante					12.946		
Parcela no passivo não circulante					79.643		
					92.589		

- i. Em 13 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 1.900 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 01 de fevereiro de 2016. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 3% a.a.;
- ii. Em 13 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 4.115 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento semestral até 28 de junho de 2016. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 0,85% a.a.;
- iii. Em 13 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 35.991 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento semestral até 29 de agosto de 2023. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 1,25% a.a.;

Consolidado

Modalidade		Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	30 de Junho de 2014	31 de dezembro de 2013	
Financiamento planta USA	(iv)	LIBOR + 3,05% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2014 Principal: 2014	18 11.013		
	(v)	LIBOR + 3,05% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 2015	24 14.316		
	(vi)	LIBOR + 2,95% a.a	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 2015	11 6.608		
	(vii)	LIBOR + 2,60% a.a	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 2015	17 12.114		
	(viii)	LIBOR + 3,23% a.a	Dólar	Juros: semestrais até 2016 Principal: semestrais até 2016	7 4.130		
	(ix)	LIBOR + 3% a.a	Dólar	Juros: mensais até 2016 Principal: semestrais até 2016	11 6.607		
	(x)	LIBOR + 2,75	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 2015	17 12.114		
	(xi)	LIBOR + 2,85%	Dólar	Juros: semestrais até 2017 Principal: 2017	70 44.050		
	(xii)	LIBOR + 2,5%	Dólar	Juros: semestrais até 2016 Principal: 2016	17 11.014		
	(xiii)	LIBOR + 2,10%	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 2015	6 5.739		
	(xiv)	LIBOR + 2,10%	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 2015	5 4.405		
	(xv)	LIBOR + 2,50%	Dólar	Juros: semestrais até 2016 Principal: 2016	25 17.620		
	(xvi)	LIBOR + 1,5%	Dólar	Juros: semestrais até 2020 Principal: semestrais até 2020	73 80.259		
	(xvii)	LIBOR + 1,2%	Dólar	Juros: semestrais até 2022 Principal: semestrais até 2022	57 75.116		
	Total controlada					305.463	
	Total consolidado					398.052	
	Parcela no circulante (consolidado)					91.229	
Parcela no passivo não circulante (consolidado)					306.823		
					398.052		

- iv. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 5.000 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 21 de agosto de 2014. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 3,05% a.a.;
- v. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 6.500 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 30 de janeiro de 2015. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 3,05% a.a.;
- vi. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 3.000 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 07 de abril de 2015. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,95% a.a.;
- vii. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 5.500 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 18 de junho de 2015. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,60% a.a.;
- viii. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 1.875 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimentos semestrais até 10 de junho de 2016. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 3,23% a.a.;
- ix. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 3.000 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimentos semestrais até 08 de fevereiro de 2016. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 3% a.a.;
- x. Em 13 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 5.500 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 02 de dezembro de 2015. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,75% a.a.;
- xi. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 20.000 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 30 de junho de 2017. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,85% a.a.;
- xii. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 5.000 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 18 de março de 2016. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,50% a.a.;
- xiii. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 2.605 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 28 de janeiro de 2015. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,10% a.a.;
- xiv. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 2.000 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 01 de julho de 2015. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,10% a.a.;
- xv. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 8.000 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 05 de janeiro de 2016. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,50% a.a.;

- xvi. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 36.440 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimentos semestrais até 04 de abril de 2020. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 1,50% a.a.;
- xvii. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 34.105 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimentos semestrais até 28 de fevereiro de 2022. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 1,20% a.a.;

(d) Remuneração global dos administradores

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 01 de abril de 2014, foi aprovada a nova proposta de remuneração dos Administradores para o corrente exercício, no valor global e anual de até R\$ 7.050, a qual será alocada entre seus membros de acordo com o artigo 10, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia.

Em Junho de 2014, foi efetuado pagamento de bônus aos administradores em virtude do processo de negociação da companhia, no valor de R\$ 3.313.

Conforme divulgação requerida pelo CPC 5 - Divulgações sobre Partes Relacionadas, foram registradas, no período findo em 30 de junho de 2014, despesas com remuneração dos membros-chaves da Administração conforme apresentado a seguir:

	<u>30 de junho de 2014</u>	<u>30 de junho de 2013</u>
Remuneração	2.544	2.568
Remuneração baseada em ações	<u>220</u>	<u>361</u>
	<u>2.764</u>	<u>2.929</u>

28 TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA

Até 30 de junho de 2014 não houve captações de empréstimos para a compra de ativo imobilizado (R\$ 7.707 em 30 de junho de 2013).

O saldo de caixa da Controladora foi incrementado pelo montante de R\$ 1.644 no mês de Maio/2014, devido a incorporação da Controlada Isofilme. Os efeitos das variações das contas patrimoniais relacionados a incorporação foram eliminados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

29 COMPROMISSOS

A filial de Pouso Alegre possui contrato de locação de imóvel, com vencimento para 31 de maio de 2015, para o qual tem o compromisso mensal de R\$ 100.

30 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 14 de julho de 2014 foi realizada AGE que deliberou e aprovou por maioria dos votos dos presentes, a saída da Companhia do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; Aprovou nos termos da Cláusula 10.1.1 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, por maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes, com abstenção de voto do acionista controlador, a escolha do BANCO J. SAFRA S.A., como instituição financeira responsável pela elaboração, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, do laudo de avaliação do valor econômico das ações da Companhia, para fins da OPA para Cancelamento de Registro e da OPA para Saída do Novo Mercado; Autorizou os administradores da Companhia a tomarem todas as medidas e a praticarem todos os atos necessários para a efetivação das deliberações aprovadas.

Receita da Companhia totaliza R\$ 163,8 milhões e volume de 22,6 mil toneladas no 2T14

São José dos Pinhais, 11 de agosto de 2014 - A Companhia Providência Indústria e Comércio - Providência [Bovespa: PRVI3], líder na fabricação e comercialização de nãotecidos no Brasil, com significativa presença nas Américas e atuação global, anuncia hoje seus resultados do segundo trimestre de 2014 (2T14). A Companhia informa que os números aqui apresentados contemplam a subsidiária Providencia USA Inc., e filial de Pouso Alegre. Os períodos aqui comparados já contemplam os ajustes da Lei contábil 11.638/07 e ajustes para a convergência do IFRS (International Financial Reporting Standards).

Destaques do 2º Trimestre de 2014

- O **Volume de Vendas** somou **22,6 mil toneladas**, uma redução de 25,9% em relação mesmo período do ano anterior devido à interdição parcial de algumas máquinas e equipamentos na planta de São José dos Pinhais que teve início em 1/abril/2014. As liberações dos equipamentos ocorreram gradualmente ao longo do trimestre, até 4/julho/2014. O impacto da interdição no volume foi de por volta de 6.000 no 2T14;
- A **Receita Líquida** atingiu **R\$ 163,8 milhões**, **15,2% menor que no 2T13**, basicamente em função da interdição parcial, por parte do Ministério do Trabalho, de algumas linhas de produção na planta de São José dos Pinhais até que a Companhia comprovasse aderência à NR 12. As interdições tiveram início em 01/abril/2014 e as linhas já estão totalmente liberadas;
- O **EBITDA Ajustado** alcançou **R\$ 7,2 milhões**, **77,5% inferior** ao 2T13;
- O **Lucro bruto** atingiu o montante de **R\$ 27,9 milhões**, **45,3% abaixo** do 2T13.

Destaques Operacionais e Financeiros (R\$ mil)	2T14	2T13	Var. 2T14/2T13	1T14	Var. 2T14/1T14	1S14	1S13	Var. 1S14 / 1S13
Volume	22.603	30.497	-25,9%	29.448	-23,2%	52.050	57.486	-9,5%
Receita Líquida	163.765	193.132	-15,2%	211.749	-22,7%	375.514	353.741	6,2%
Lucro Bruto	27.937	51.085	-45,3%	51.195	-45,4%	79.132	96.773	-18,2%
Margem Bruta	17,1%	26,5%	-9,4 p.p.	24,2%	-7,1 p.p.	21,1%	27,4%	-6,3 p.p.
EBITDA Ajustado	7.226	32.071	-77,5%	28.821	-74,9%	36.047	57.860	-37,7%
Margem EBITDA Ajustado	4,4%	16,6%	-12,2 p.p.	13,6%	-9,2 p.p.	9,6%	16,4%	-6,8 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(45.432)	8.232	n.m.	(1.650)	2653,0%	(47.083)	13.282	n.m.
Margem Líquida	-27,7%	4,3%	n.m.	-0,8%	-27,0 p.p.	-12,5%	3,8%	-16,3 p.p.
Lucro (prejuízo) por ação	(0,56773)	0,10289	n.m.	(0,02062)	2653,0%	(0,58837)	0,16600	n.m.
Endividamento Líquido	522.683	495.147	5,6%	507.554	3,0%	522.683	495.147	5,6%
Dívida líquida / EBITDA	4,72	3,95	19,5%	3,97	-95,1%	4,72	3,95	19,5%

Comentários da Administração

O 2T14 foi um dos mais desafiadores e transformadores da história da Companhia. Ao longo do trimestre, nosso desempenho financeiro apresentou sensível impacto decorrente das interdições nos equipamentos e realocações de produção. Todos os equipamentos já estão operando normalmente e a expectativa é de retorno aos níveis habituais de produção no segundo semestre de 2014. No 2T14 também foi concluída a Operação de aquisição do controle pela PGI, e a expectativa é que contribua com o sucesso contínuo nos mercados em que atua. A receita líquida atingiu R\$ 163,8 milhões no 2T14, uma redução de 15,2% em relação ao 2T13 principalmente devido ao menor volume de vendas e de produção. A Companhia acelerou os projetos de adequação dos equipamentos à NR 12 e a liberação das máquinas ocorreu gradualmente ao longo do 2T14, tendo atingido volume de vendas de 22.603 toneladas neste trimestre.

O EBITDA Ajustado atingiu no 2T14 R\$ 7,2 milhões, 77,5% inferior em comparação ao 2T13. A margem EBITDA Ajustada totalizou 4,4%, 12,2 p.p. menor que no 2T13, principalmente em função dos motivos acima apresentados.

Os maiores destaques do período foram:

- A interdição parcial das linhas de produção de nãotecidos 6, 7 e 8 e outros equipamentos na planta de São José dos Pinhais até que a Companhia comprovasse aderência à NR 12;
- A conclusão da Operação de compra do controle da Companhia pela PGI Polímeros do Brasil S.A., conforme Fato Relevante divulgado em 11 de junho de 2014.

Composição Acionária

Em 30 de junho de 2014, a composição acionária da Companhia Providência era a seguinte:

- PGI Polímeros do Brasil S.A., 71,2% do total de ações;
- Administradores e tesouraria, 0,1% do total de ações; e
- Ações em circulação, 28,7%.

Desempenho Operacional

Neste trimestre a Companhia apresentou uma redução no volume total de vendas de 25,9% na comparação com o mesmo período de 2013.

O volume de vendas de nãotecidos mostrou uma redução de 23,9% em relação ao registrado no 2T13.

Volume de Vendas	2T14	2T13	Var. 2T14 / 2T13	1T14	Var. 2T14 / 1T14	1S14	1S13	Var. 1S14 / 1S13
Nãotecidos	21.282	27.970	-23,9%	27.698	-23,2%	48.980	52.346	-6,4%
Outros	1.321	2.527	-47,7%	1.750	-24,5%	3.071	5.140	-40,3%
Total	22.603	30.497	-25,9%	29.448	-23,2%	52.050	57.486	-9,5%

Desempenho Financeiro

Receita Bruta

A receita bruta totalizou R\$ 186,8 milhões no 2T14, uma redução de 16,5% em relação aos R\$ 223,8 milhões registrados no 2T13.

Estas variações se deram, principalmente, em função do menor volume de vendas, reflexo da interdição parcial de algumas linhas de produção em São José dos Pinhais.

Receita Bruta (R\$ mil)	2T14	2T13	Var. 2T14 / 2T13	1T14	Var. 2T14 / 1T14	1S14	1S13	Var. 1S14 / 1S13
Não tecidos	183.474	219.137	-16,3%	239.052	-23,2%	422.527	399.307	5,8%
Outras	3.282	4.615	-28,9%	4.214	-22,1%	7.496	9.832	-23,8%
Receita Bruta Total	186.756	223.752	-16,5%	243.266	-23,2%	430.022	409.139	5,1%

Demonstração de Resultados Companhia Providência – Consolidado

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	2T14	2T13	Var. 2T14 / 2T13	1T14	Var. 2T14 / 1T14	1S14	1S13	Var. 1S14 / 1S13
Receita bruta de vendas	186.756	223.752	-16,5%	243.266	-23,2%	430.022	409.139	5,1%
Impostos sobre vendas	(18.256)	(21.622)	-15,6%	(24.305)	-24,9%	(42.560)	(40.116)	6,1%
Devoluções de vendas	(4.735)	(8.998)	-47,4%	(7.212)	-34,3%	(11.947)	(15.282)	-21,8%
Deduções de vendas	(22.991)	(30.620)	-24,9%	(31.517)	-27,1%	(54.508)	(55.398)	-1,6%
Receita líquida das vendas	163.765	193.132	-15,2%	211.749	-22,7%	375.514	353.741	6,2%
Custo dos produtos vendidos	(135.828)	(142.047)	-4,4%	(160.555)	-15,4%	(296.383)	(256.968)	15,3%
Lucro bruto	27.937	51.085	-45,3%	51.195	-45,4%	79.132	96.773	-18,2%
Despesas com vendas	(11.418)	(11.488)	-0,6%	(12.943)	-11,8%	(24.361)	(22.995)	5,9%
Despesas administrativas	(40.567)	(20.111)	101,7%	(22.488)	80,4%	(63.055)	(38.168)	65,2%
Outras Receitas Operacionais líquidas	(202)	(224)	-10,0%	(129)	56,3%	(330)	(388)	-14,8%
Receitas (despesas) operacionais	(52.186)	(31.823)	64,0%	(35.560)	46,8%	(87.746)	(61.551)	42,6%
Lucro (prejuízo) operacional	(24.249)	19.262	n.m.	15.635	n.m.	(8.615)	35.222	n.m.
Receitas financeiras	1.318	2.056	-35,9%	3.652	-63,9%	4.970	7.291	-31,8%
Despesas financeiras	(21.493)	(8.917)	141,0%	(15.601)	37,8%	(37.093)	(22.234)	66,8%
Resultado Financeiro Líquido	(20.174)	(6.861)	194,0%	(11.949)	68,8%	(32.123)	(14.943)	115,0%
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(44.424)	12.401	n.m.	3.686	n.m.	(40.738)	20.279	n.m.
Imposto de renda e contribuição social	351	(875)	n.m.	(1.530)	n.m.	(1.179)	(875)	34,7%
IR/CSLL Diferido	(1.359)	(3.294)	-58,7%	(3.806)	-64,3%	(5.165)	(6.122)	-15,6%
Lucro (prejuízo) Líquido	(45.432)	8.232	n.m.	(1.650)	2653,0%	(47.082)	13.282	n.m.

Receita Líquida

A receita líquida totalizou R\$ 163,8 milhões no 2T14, redução de 15,2% quando comparado com o 2T13. Tal variação está relacionada, principalmente, ao menor volume de vendas do período.

Custos dos Produtos Vendidos

Os custos com produtos vendidos (CPV) totalizaram R\$ 135,8 milhões no 2T14, 4,4% menor se comparado com os R\$ 142,0 milhões registrados no 2T13 e decréscimo de 15,4% comparativamente aos R\$160,6 milhões no 1T14. Esta redução está ligada, principalmente, ao menor volume de vendas.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais no 2T14 totalizaram R\$ 52,2 milhões, um acréscimo de 64,0% se comparadas com os R\$ 31,8 milhões no 2T13, e 46,8% em relação ao 1T14.

Despesas Operacionais (R\$ mil)	2T14	2T13	Var. 2T14/2T13	1T14	Var. 2T14/1T14	1S14	1S13	Var. 1S14 / 1S13
Despesas Operacionais	(52.186)	(31.823)	64,0%	(35.560)	46,8%	(87.746)	(61.551)	42,6%
Com vendas	(11.418)	(11.488)	-0,6%	(12.943)	-11,8%	(24.361)	(22.995)	5,9%
Administrativas	(40.567)	(20.111)	101,7%	(22.488)	80,4%	(63.055)	(38.168)	65,2%
Outras despesas operacionais líquidas	(201)	(224)	-10,3%	(129)	55,9%	(330)	(388)	-15,0%
% da Receita Líquida	31,9%	16,5%	15,4 p.p.	16,8%	15,1 p.p.	23,4%	17,4%	6,0 p.p.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas totalizaram R\$ 11,4 milhões no 2T14, uma redução de 0,6% quando comparadas com os R\$ 11,5 milhões apresentados no 2T13 e 11,8% em relação aos R\$ 12,9 milhões do 1T14. Tais variações estão ligadas, principalmente, a redução do volume de vendas.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas atingiram R\$ 40,6 milhões no 2T14, 101,7% acima do montante registrado no 2T13 e 80,4% acima do montante do 1T14. Tais acréscimos estão relacionados aos gastos não recorrentes de R\$ 19,7 milhões referentes a honorários sobre prestação de serviços relacionados à alienação de controle da Companhia, objeto de Fato Relevante divulgado em 11/junho/2014.

Outras despesas operacionais líquidas

No 2T14, obtivemos despesa de R\$ 0,2 milhão, correspondente a provisões efetuadas no período.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido no 2T14 foi negativo em R\$ 20,2 milhões. O acréscimo observado, se compararmos com o resultado financeiro líquido no 2T13, que foi negativo em R\$ 6,9 milhões, está diretamente relacionado às variações cambiais ocorridas sobre os ativos e passivos em moeda estrangeira e também a realização dos custos de captação dos empréstimos e financiamentos liquidados no trimestre. Comparando com o 1T14, as variações cambiais e a realização dos custos de captação dos empréstimos e financiamentos liquidados no trimestre também tiveram impacto direto. O reflexo das atuais oscilações nas cotações da moeda norte americana sobre nosso endividamento é parcialmente reduzido pela nossa carteira de clientes em moeda estrangeira.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras alcançaram R\$ 1,3 milhão no 2T14, um decréscimo de 35,9% em relação aos R\$ 2,1 milhões do 2T13, devido às variações cambiais sobre os ativos e passivos em moeda estrangeira.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras atingiram R\$ 21,5 milhões no 2T14, apresentando acréscimo de R\$ 12,6 milhões, comparativamente aos R\$ 8,9 milhões do 2T13. Em relação ao 1T14, houve acréscimo de R\$ 5,9 milhões. Tais oscilações estão diretamente ligadas às variações cambiais e também a realização de evento não-caixa relacionado à transação de refinanciamento da dívida. Os custos de pré-pagamentos de empréstimos foram totalmente reembolsados pela PGI.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido apresentou redução de R\$ 3,2 milhões em relação ao 2T13 e R\$ 4,3 milhões se compararmos com o 1T14. Tais variações devem-se, principalmente, a movimentos nas diferenças permanentes e temporárias utilizadas na apuração dos tributos diferidos.

Lucro Líquido

O trimestre apresentou prejuízo de R\$ 45,4 milhões, principalmente devido ao menor volume de vendas e às despesas não recorrentes referentes a honorários sobre prestação de serviços relacionados à alienação de controle da Companhia, objeto de Fato Relevante divulgado em 11/junho/2014.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

O EBITDA Ajustado no 2T14 atingiu R\$ 7,2 milhões, uma redução de 77,5% quando comparado com os R\$ 32,1 milhões registrados no 2T13. Em relação ao 1T14 houve decréscimo de 74,9%.

Reconciliação do EBITDA (R\$ mil)	2T14	2T13	Var. 2T14/2T13	1T14	Var. 2T14/1T14	1S14	1S13	Var. 1S14 / 1S13
Lucro (prejuízo) Líquido	(45.432)	8.232	n.m	(1.650)	2653,0%	(47.082)	13.282	n.m
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.009	4.169	-75,8%	5.336	-81,1%	6.345	6.997	-9,3%
Resultado financeiro líquido	20.174	6.861	194,0%	11.949	68,8%	32.123	14.943	115,0%
Depreciação e amortização	12.392	10.591	17,0%	12.406	-0,1%	24.798	20.863	18,9%
Outras receitas (despesas)	(597)	475	n.m.	334	n.m.	(263)	(13)	1921,9%
EBITDA	(12.453)	30.328	n.m.	28.375	n.m.	15.922	56.072	-71,6%
Margem EBITDA	-7,6%	15,7%	-23,3 p.p.	13,4%	n.m.	5,8%	15,9%	-10,1 p.p.
Despesas não recorrentes líquidas ¹	19.679	1.743	1029,0%	446	4311,6%	20.125	1.788	n.m.
EBITDA Ajustado	7.226	32.071	-77,5%	28.821	-74,9%	36.047	57.860	-37,7%
Margem EBITDA Ajustado %	4,4%	16,6%	-12,2 p.p.	13,6%	-9,2 p.p.	18,0%	16,4%	1,7 p.p.

Despesas não recorrentes que impactaram o EBITDA no segundo trimestre de 2014:

¹ Honorários sobre prestação de serviços relacionados à alienação de controle da Companhia, objeto de Fato Relevante divulgado em 11/junho/2014.

Endividamento

A Dívida Líquida teve aumento de 5,6% em relação ao 2T13, em função da redução do caixa e instrumentos financeiros com liquidez no trimestre. Em relação ao 1T14 a variação foi de 3,0%.

A Dívida Total teve redução de 5,0% no 2T14, quando comparamos com o 2T13, devido aos pagamentos dos empréstimos e financiamentos.

A Companhia possui 9% de seu endividamento baseado em moeda local e 91% em moeda estrangeira, 63% desta última foi tomada nos EUA com hedge natural em função da receita e ativos neste país.

Endividamento (R\$ mil)	2T14	2T13	Var. 2T14/2T13	1T14	Var. 2T14/1T14
Curto Prazo	114.588	67.353	70,1%	95.750	19,7%
Longo Prazo	449.225	526.153	-14,6%	473.954	-5,2%
Total Dívida	563.813	593.506	-5,0%	569.704	-1,0%
(-) Caixa e instrumentos financeiros com liquidez	41.130	98.359	-58,2%	62.150	-33,8%
(=) Dívida Líquida	522.683	495.147	5,6%	507.554	3,0%

Investimentos

Os investimentos são principalmente orientados para manutenção e modernização do parque industrial, além das adequações para aderência à NR12. Ao longo do 2T14 destacamos os seguintes investimentos:

CAPEX (R\$ mil)	2T14	2T13	Var. 2T14 / 2T13	1T14	Var. 2T14 / 1T14	1S14	1S13	Var. 1S14 / 1S13
Máquinas de Não Tecidos	10.200	6.144	66,0%	6.321	61,4%	16.521	19.904	-17,0%
Obras e Construções	696	966	-28,0%	679	2,5%	1.375	1.305	5,4%
Equipamentos de Informática	88	67	31,3%	79	11,4%	167	67	149,3%
Móveis e Utensílios	49	30	63,3%	42	16,7%	91	53	71,7%
Tecnologia da Informação	367	255	43,9%	1.233	-70,2%	1.600	1.190	34,5%
Total de Aquisições	11.400	7.462	52,8%	8.354	36,5%	19.754	22.519	-12,3%

Mercado de Capitais

Cotações e Volumes Negociados - em R\$	2T14	2T13	Var. 2T14/ 2T13	1T14	Var. 2T14/ 1T14
Cotação no final do período - PRVI3	7,51	8,25	-9,0%	8,05	-6,7%
Cotação no final do período - IBOVESPA	53.168	47.547	11,8%	50.415	5,5%
Volume Médio Diário Negociado - PRVI3	483.633	405.294	19,3%	492.893	-1,9%
Volume Total Negociado no Período - PRVI3	28.534.352	33.158.709	-13,9%	30.559.349	-6,6%

Fluxo de Caixa Companhia Providência – Consolidado

Demonstrativo do Fluxo de Caixa (R\$ mil)	2T14	2T13	Var. 2T14 / 2T13	1T14	Var. 2T14 / 1T14	1S14	1S13	Var. 1S14 / 1S13
Da atividade operacional								
Resultado líquido do exercício	(45.432)	8.232	n.m.	(1.650)	2653,5%	(47.082)	13.282	n.m.
Depreciação do imobilizado	11.217	9.545	17,5%	11.249	-0,3%	22.466	18.790	19,6%
Amortização do intangível	1.175	1.046	12,3%	1.157	1,6%	2.332	2.073	12,5%
Juros e variações monetárias	18.316	7.347	149,3%	12.662	44,7%	30.978	13.600	127,8%
Valor residual do ativo permanente baixado	(150)	166	n.m.	3	n.m.	(147)	294	n.m.
Pagamento baseado em ações	106	176	-39,7%	114	-6,8%	220	361	-39,0%
Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos	1.359	2.911	-53,3%	3.806	-64,3%	5.165	5.739	-10,0%
Constituição de provisão para contingências, líquido	117	-	n.m.	10	1070,0%	127	-	n.m.
Perdas de valores ativos	189	230	-17,7%	87	117,5%	276	525	-47,4%
(Acréscimo) decréscimo de clientes	33.103	(7.768)	n.m.	9.092	264,1%	42.195	(19.317)	n.m.
(Acréscimo) decréscimo de estoques	(6.240)	3.602	n.m.	(13.558)	-54,0%	(19.798)	(5.087)	289,2%
(Acréscimo) decréscimo de tributos a recuperar	(4.046)	14.545	n.m.	(3.948)	2,5%	(7.994)	14.850	n.m.
(Acréscimo) decréscimo de outros direitos realizáveis	15.663	(8.456)	n.m.	2.964	428,4%	18.627	(3.454)	n.m.
Acréscimo (decréscimo) de fornecedores	(6.050)	5.322	n.m.	(18.170)	-66,7%	(24.220)	(350)	6820,0%
Acréscimo de encargos sociais e provisões trabalhistas	1.547	2.165	-28,5%	806	91,9%	2.353	(660)	n.m.
Acréscimo (decréscimo) de impostos, taxas e contribuições	(120)	143	n.m.	(935)	-87,2%	(1.055)	(1.362)	-22,5%
Acréscimo (decréscimo) de outras exigibilidades	2.870	1.061	170,5%	(1.044)	n.m.	1.826	1.053	73,4%
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	207	(190)	n.m.	(1.386)	-114,9%	(1.179)	(190)	520,5%
Total dos recursos gerados pela atividade operacional	23.831	40.077	-40,5%	1.259	1792,9%	25.090	40.147	-37,5%
Da atividade de investimento								
Imobilizado	(11.032)	(7.208)	53,1%	(7.121)	54,9%	(18.153)	(21.330)	-14,9%
Intangível	(368)	(254)	44,9%	(1.233)	-70,2%	(1.601)	(1.189)	34,7%
Total dos recursos gerados (consumidos) pela atividade de investimento	(11.400)	(7.462)	n.m.	(8.354)	36,5%	(19.754)	(22.519)	-12,3%
Da atividade de financiamento								
Captação recursos - partes relacionadas	399.490	-	n.m.	-	n.m.	399.490	-	n.m.
Captações de empréstimos/financiamentos.	35	18.191	-99,8%	23.410	-99,9%	23.445	96.376	-75,7%
Pagtos de empréstimos/financiamentos - principal	(408.188)	(66.059)	517,9%	(23.616)	1628,4%	(431.804)	(78.170)	452,4%
Pagtos de empréstimos/financiamentos - juros	(5.063)	(3.725)	35,9%	(7.104)	-28,7%	(12.167)	(10.806)	12,6%
Dividendos	-	(33.789)	n.m.	-	n.m.	-	(33.789)	n.m.
Venda de Ações	-	87	n.m.	-	n.m.	-	875	n.m.
Total dos recursos consumidos pela atividade de financiamento	(13.726)	(85.295)	-83,9%	(7.310)	87,8%	(21.036)	(25.514)	-17,6%
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	(1.403)	3.131	n.m.	(2.441)	-42,5%	(3.844)	55	n.m.
Fluxo de caixa líquido do período	(2.698)	(49.549)	-94,6%	(16.846)	-84,0%	(19.544)	(7.831)	149,6%
Disponibilidades no início do período	47.404	125.863	-62,3%	64.250	-26,2%	64.250	84.145	-23,6%
Disponibilidades no final do período	44.706	76.314	-41,4%	47.404	-5,7%	44.706	76.314	-41,4%
Variação do período	(2.698)	(49.549)	-94,6%	(16.846)	-84,0%	(19.544)	(7.831)	149,6%

Fluxo de Caixa

A Companhia registrou redução do saldo de caixa de R\$ 2,7 milhões no final do período, após a movimentação de suas atividades: operacionais, investimentos e de financiamentos.

O efeito das mudanças nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa mantido em moeda estrangeira está sendo apresentado separadamente, de acordo com o item 31 do CPC 03, a fim de reconciliar os saldos no início e no fim do período. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira referem-se, em sua totalidade, a Providência USA Inc.

Detalhes conforme abaixo:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

A Companhia apresentou no 2T14 um aumento de caixa operacional de R\$ 23,8 milhões.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

O montante das atividades de investimentos somou R\$ 11,4 milhões, composto, preponderantemente, pela entrada de recursos de partes relacionadas visando o pagamento dos empréstimos e financiamentos e por investimentos em melhorias de nossas máquinas, equipamentos e instalações, além dos investimentos orientados para as adequações visando o atendimento da NR12.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos

A variação nas atividades de financiamento, no 2T14, foi negativa em R\$ 13,7 milhões, representada por: captação de recursos com partes relacionadas R\$399,5 milhões, entrada de R\$ 35 mil, saídas de R\$ 408,2 milhões referente ao pagamento de principal e R\$ 5,0 milhões referente ao pagamento de juros sobre a dívida no período.

Balço Patrimonial Companhia Providência - Consolidado

ATIVO	2T14	2T13	Var. 2T14/2T13	1T14	Var. 2T14/1T14
Caixa e bancos	8.365	26.502	-68,4%	15.422	-45,8%
Aplicações financeiras	36.341	49.812	-27,0%	31.982	13,6%
Instrumentos financeiros derivativos	-	22.045	-100,0%	14.746	-100,0%
Contas a receber de clientes	133.147	165.976	-19,8%	165.408	-19,5%
Estoques	83.917	57.416	46,2%	77.677	8,0%
Impostos a recuperar	52.835	32.231	63,9%	48.991	7,8%
Outros direitos realizáveis	8.873	15.651	-43,3%	9.777	-9,2%
CIRCULANTE	323.478	369.633	-12,5%	364.003	-11,1%
Contas a receber de clientes	2.439	3.607	-32,4%	2.664	-8,4%
Impostos a recuperar RLP	7.734	16.728	-53,8%	7.532	2,7%
IR/CSLL diferidos	17.456	43.291	-59,7%	35.402	-50,7%
Depósitos e cauções	391	310	26,1%	411	-4,9%
Depósitos e empréstimos compulsórios	32	30	6,7%	32	0,0%
Outros direitos realizáveis	-	127	-100,0%	127	-100,0%
Intangível	40.346	42.012	-4,0%	41.176	-2,0%
Imobilizado	846.331	861.280	-1,7%	853.866	-0,9%
NÃO CIRCULANTE	914.729	967.385	-5,4%	941.210	-2,8%
ATIVO TOTAL	1.238.207	1.337.018	-7,4%	1.305.213	-5,1%

PASSIVO	2T14	2T13	Var. 2T14/2T13	1T14	Var. 2T14/1T14
Fornecedores	35.755	43.040	-16,9%	41.805	-14,5%
Instrumentos financeiros derivativos	3.576	-	n.m.	-	n.m.
Empréstimos e financiamentos	23.359	67.353	-65,3%	95.750	-75,6%
Encargos sociais e provisões trabalhistas	9.083	8.154	11,4%	7.546	20,4%
Obrigações tributárias	2.536	3.004	-15,6%	2.470	2,7%
Provisão para contingências	220	387	-43,2%	240	-8,3%
Dividendos a pagar	27	-	n.m.	27	0,0%
Partes relacionadas	91.229	-	n.m.	-	n.m.
Outras exigibilidades	3.105	3.753	n.m.	1.738	n.m.
CIRCULANTE	168.890	125.691	34,4%	149.576	12,9%
Empréstimos e Financiamentos	142.402	526.153	-72,9%	473.954	-70,0%
Provisão para contingências	720	700	2,9%	832	-13,5%
Obrigações tributárias ELP	146	122	19,7%	125	16,8%
Partes relacionadas	306.823	-	n.m.	-	n.m.
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	14.318	-100,0%	16.455	-100,0%
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	450.091	541.293	-16,8%	491.366	-8,4%
Capital social	409.003	409.003	0,0%	409.003	0,0%
Reserva de capital	12.645	12.196	3,7%	12.539	0,8%
Reserva de lucros	97.683	78.258	24,8%	97.683	0,0%
Ajustes de avaliação patrimonial	141.954	152.067	-6,7%	144.235	-1,6%
Ações em tesouraria	(100)	(100)	0,0%	(100)	0,0%
Lucros (prejuízos) acumulados	(41.959)	18.610	n.m.	911	n.m.
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	619.226	670.034	-7,6%	664.271	-6,8%
PASSIVO TOTAL	1.238.207	1.337.018	-7,4%	1.305.213	-5,1%

TELECONFERÊNCIAS

A Providência realizará os seguintes eventos para discussão dos resultados do segundo trimestre de 2014:

Teleconferência com *Webcast* (em português, com tradução simultânea para o inglês)

Data: 12 de Agosto de 2014
Horário: 09h30 (horário de Brasília)
08h30 (horário de Nova York)
13h30 (horário de Londres)
Telefone para conexões no Brasil: +55 (11) 3193-1001
+55 (11) 2820-4001
Telefone: +1 786 924-6977 para conexões nos Estados Unidos
Telefone: +1 888 700-0802 para conexões de demais países
Código: Providência
Replay: www.providencia.com.br/ri
Webcast: www.providencia.com.br/ri

Para Playback (*Disponível do dia 12/08/2014 até 18/08/2014*)

Senha: 3281706# – versão em português
Senha: 9979868# – versão em inglês
Telefones: +55 11 3193-1012
+55 11 2820-4012

Os *links* de acesso estarão disponíveis no *website* da Companhia (www.providencia.com.br/ri), na seção de Relações com Investidores.

Disclaimer: Este comunicado contém considerações futuras referentes às perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e às perspectivas de crescimento da Providência. Estas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da Providência. Em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores, além dos riscos apresentados nos documentos de divulgação arquivados pela Providência e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Providência Indústria e Comércio S.A.
São José dos Pinhais - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Providência Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas,

em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM .

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 06 de agosto de 2014.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-SC

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC n.º 1 PR-050.422/O-3

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao segundo trimestre de 2014.

São Jose dos Pinhais, 06 de agosto de 2014.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao segundo trimestre de 2014.

São Jose dos Pinhais, 06 de agosto de 2014.